

Ana Catarina Abreu dos Santos Rovisco

Compras Públicas Ecológicas
Desenvolvimento de uma Metodologia para Promover
a sua Implementação em Portugal

Lisboa 2008

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente

Compras Públicas Ecológicas

Desenvolvimento de uma Metodologia para Promover a sua Implementação em Portugal

Por

Ana Catarina Abreu dos Santos Rovisco

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, Perfil Engenharia do Ambiente

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Paula Baptista da Costa Antunes

Lisboa
2008

A um bípede sem igual, Rui, e aos nossos quadrúpedes Ernesto e Golias.

Agradecimentos

Um trabalho destes “deve” sempre a muita gente que no seu todo possibilitam a sua realização. A acção de algumas pessoas é mais presente e directa que outra, mas são todas as acções, no seu conjunto, que levam à conclusão de uma tese. Existe todo um universo de pessoas a quem quero agradecer, mas de todos quero começar pela minha mãe.

Mamã querida, OBRIGADA(!) por não me teres deixado desistir e por me teres ajudado nas fases finais, não só da tese mas de TODOS os obstáculos que fui atrevesando. Obrigada por me teres lembrado da importância que tinha atribuído ao tema, mas que me fui esquecendo à medida que o prazo de entrega se aproximava... Obrigada por não teres deixado que a minha frustração bloqueasse o meu raciocínio e por me teres conduzido até à “final”!

Ruizinho lindo, o meu centro de equilíbrio, que dizer da tua paciência incrível para os meus devaneios? Obrigada por acreditares em mim! O teu apoio diário neste desafio foi imprescindível! Esta foi mais uma prova superada!! Que surpresa nos trará a vida numa próxima vez? Decerto que nada de intrasponível para uma dupla destas!

Manos *horribilus* que dizer de todas as alegrias que me têm dado ao longo da vida? Quicokvski, obrigadinha pelas brigas em conjunto e todos os desafios que me foste lançando que fizeram de mim a pessoa lutadora que sou hoje. Daniela da saia amarela, o teu sentido de humor corrosivo aliado à tua imaginação deram-me a semi capacidade de aprender a rir de mim própria e de todas as idiotices que fiz (não nos vamos lembrar do abb-flex pois não?!). Nobre júnior, o meu pequenino, não tão pequenino assim, que me chamava “nana” e me fazia rir, sem saber porquê, às gargalhadas a meio da noite. Obrigada por me transmitires o sentido de urgência em terminar a tese para podermos ir placar a mana mais velha! Filha da floresta, és um amor! A princesinha de todos nós, o meu reflexo com 17 anos de atraso... Obrigada por me lembrares de como é bom ser criança!

Sobrinhos lindos, obrigada por me receberem SEMPRE com um sorriso nos lábios e nunca darem oportunidades à tia maluca de ser adulta!

Ao meu Papá, um GRANDE obrigado por me ter disponibilizado todo um ambiente de trabalho no qual me pude refugiar do mundo! Muito obrigada pelo teu apoio, “May the force be with you”!

Aos meus avós, por me receberem sempre com MUITOS beijinhos e mimos! Obrigada pela vossa paciência e compreensão ao longo de todo o processo! A vossa capacidade de ensino e acompanhamento fizeram de mim o que sou hoje!

Resumo

As entidades públicas estão entre os grandes consumidores ao nível europeu, despendendo mais de 1,5 mil milhões de euros, anualmente, em compras públicas de produtos e serviços. A integração de critérios ambientais no processo de contratação pública permite, segundo a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2008-2010 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007), “estabelecer uma interligação entre as várias acções e políticas comunitárias, possibilitando uma abordagem das questões ambientais mais abrangente e sustentável”.

O presente estudo apresenta dois objectivos distintos: 1) analisar o ponto de situação da administração pública quanto às compras públicas ecológicas, seleccionando para tal dois organismos representativos: o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde; e 2) desenvolver uma metodologia prática, para a implementação de compras públicas ecológicas, um “guia” para aquisições ambientalmente adequadas de apoio à decisão, permitindo ao utilizador cumprir os objectivos da Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas, desempenhando um papel decisivo ao ser protagonista e promotor de comportamentos sustentáveis.

A análise das práticas ao nível dos Ministérios torna-se então fundamental, uma vez que estes órgãos de poder central e fazedores de políticas públicas podem ser indutores de mudanças comportamentais, isto é podem servir de exemplo de boas práticas a outros sectores da sociedade.

Abstract

Public entities are, at a European level, among the largest consumers spending over 1.5 billion Euros, per year, on public procurement of products and services. According to the National Strategy for Green Public Procurement (GPP) 2008-2010 (Resolution of the Council of Ministers no. 65/2007), the inclusion of environmental criteria in public procurement allows for “the establishment of a connection among various actions and policies, thus allowing for environmental issues to be approached in a broader and more sustainable way”.

The present study has two main goals: 1) analysis of the state of the art of the public administration as to GPP for which two representative organisms were selected: the Ministry of Education and the Ministry of Health; and 2) development of a practical methodology of the implementation of GPP, a “guide” for adequate environmental purchases to support decisions, allowing the user to accomplish the goals defined in the National Strategy for GPP and thus playing a decisive role by being the protagonist and promoter of sustainable behaviors.

The analysis of the practices at the Ministerial level is fundamental since these central policy makers can induce behavioral changes and set an example for best practices to other sectors of society.

Simbologia e notações

ANCP - Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E.

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

CDP – Carbon Disclosure Project

CE – Comissão Europeia

CEN – Comité Europeu de Normalização

Cenelec – Comité Europeu de Normalização Electrotécnica

CO₂ – Dióxido de carbono

EM – Estados Membros

EUA – Estados Unidos da América

EPD – Declaração Ambiental do Produto

ETSI – Instituto Europeu de Normalização para as Telecomunicações

GEE – Gases com efeito de estufa

PIP – Política Integrada de Produtos

PNAC – Plano Nacional para as Alterações Climáticas

PQ – Protocolo de Quioto

UE – União Europeia

Índice de Matérias

1. Introdução.....	1
Motivação	1
Relevância.....	2
Objectivos e Metodologia Geral.....	2
Organização da Dissertação	3
2. Compras Públicas Ecológicas: da Europa até Portugal.....	4
Enquadramento Histórico – Legal	4
Compras Públicas Ecológicas – Uma realidade Portuguesa?	8
3. Compras Públicas Ecológicas: Ponto de Situação e Estratégias de Desenvolvimento	
10	
FASE I: Caracterização da situação actual	10
FASE II: Metodologias para aquisições públicas ecológicas	13
4. Metodologia	20
FASE I: Caracterização da situação actual	20
Seleção dos Ministérios a avaliar	20
Seleção dos critérios de avaliação dos Ministérios	21
Recolha de Informação	23
FASE II: Metodologias para aquisições públicas ecológicas	24
Identificação de produtos, serviços e/ou obras	24
Delineação de estratégia para a implementação de compras públicas ecológicas.....	24
5. Análise dos Resultados.....	26
FASE I: Caracterização da situação actual	26
FASE II: Metodologia para aquisições públicas ecológicas.....	27
Identificação de produtos, serviços e/ou obras	28
Delineação de estratégia para a implementação de compras públicas ecológicas.....	32
6. Discussão dos Resultados.....	36
FASE I: Caracterização da situação actual	36
FASE II: Metodologia para aquisições públicas ecológicas.....	37
Fase 1: Definição do Produto/Serviço/Obra a adquirir	38
Fase 2: Elaboração das especificações técnicas a utilizar.....	38
Fase 3: Definição dos critérios de selecção dos candidatos	39
Fase 4: Definição dos critérios de adjudicação	40
Fase 5: Implementação das cláusulas de execução do contrato	41

7. Conclusões.....	42
8. Bibliografia	45
ANEXOS.....	58
ANEXO I – Questionário Enviado pelo Ministério da Educação	59
ANEXO II – Questionário Enviado pelo Ministério da Saúde.....	64
ANEXO III – Informação Adicional enviada pelo Ministério da Educação	70
ANEXO IV – Produtos, Serviços e Empreitadas requisitadas pelo Ministério da Educação em 2007	73
ANEXO V – Produtos, Serviços e Obras requisitadas pelo Ministério da Saúde em 2007.....	79

Índice de Figuras

Figura 3.1 - Produtos e serviços para os quais são aplicados critérios ambientais aquando da sua aquisição (adaptado de Bouwer <i>et al.</i> 2005).....	15
Figura 3.2 – Etapas para a definição de uma estratégia de compras públicas ecológicas (adaptado de GRIP, 1997; Clement <i>et al.</i> , 2004; ,Comissão Europeia 2005; Trindade <i>et al.</i> , 2005; Rüdenauer <i>et al.</i> 2007).	16
Figura 4.1 – Metodologia adoptada na recolha de informação.	23

Anexos

Figura A. 1 – Organograma do Ministério da Educação (Informação adicional para a questão I.1 do questionário).	71
---	----

Índice de Tabelas

Tabela 4.1 – Verbas atribuídas e número de empregos gerados por Ministério em 2006.	20
Tabela 5.1 – Número de concursos publicados pelos Ministérios da Saúde e da Educação em 2007.....	28
Tabela 5.2 – Produtos, serviços e obras mais solicitados pelo Ministérios da Educação em 2007.	28
Tabela 5.3 – Produtos, serviços e obras mais solicitados pelo Ministério da Saúde em 2007. ...	29
Tabela 5.4 – Exemplo de um concurso público ecológico para a “Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação”.	32
Tabela 5.5 - Exemplo de um concurso público ecológico para a aquisição de “Reagentes e Meios de Contraste”.	34

Anexos

Tabela A. 1 – Questionário Preenchido pelo Ministério da Educação.	60
Tabela A. 2 - Questionário Preenchido pelo Ministério da Saúde.....	65
Tabela A. 3 - Caracterização de frota automóvel (Informação adicional para a questão III.1 do questionário).	72
Tabela A. 4 – Produtos, Serviços e Empreitadas requisitados pelo Ministério da Educação em 2007.....	74
Tabela A. 5 - Produtos, Serviços e Obras requisitados pelo Ministério da Saúde em 2007.	80

1. Introdução

Motivação

A União Europeia (UE) adoptou o desenvolvimento sustentável¹ como um dos seus objectivos fundamentais, tendo o Artigo 6º do Tratado de Amesterdão² clarificado uma abordagem integrada especificando que “os requisitos de protecção ambiental devem ser integrados na definição e implementação das políticas e actividades da Comunidade Europeia [...], particularmente, com vista a promover o desenvolvimento sustentável”.

As entidades públicas estão entre os grandes consumidores ao nível europeu, despendendo mais de 1,5 mil milhões de euros (cerca de 16 por cento do PIB da União Europeia o que equivale a cerca de metade do PIB da Alemanha), anualmente, em compras públicas de bens e serviços (Comissão Europeia, 2004). Segundo a publicação da Comissão Europeia (CE) “Comprar ecológico! – Manual de contratos públicos ecológicos” (2005), se todas as autoridades públicas da UE passassem a utilizar electricidade verde, a produção de dióxido de carbono (CO₂) seria reduzida em 62 milhões de toneladas, o equivalente a 18% dos objectivos de redução de gases com efeito de estufa (GEE) do Protocolo de Quioto até 2012 para a UE.

Com base nestes e outros exemplos referidos ao longo deste manual, torna-se evidente que a contratação pública pode assumir um papel de grande relevância na Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia. A integração de critérios ambientais no processo de contratação pública permite, segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007, “estabelecer uma interligação entre as várias acções e políticas comunitárias, possibilitando uma abordagem das questões ambientais mais abrangente e sustentável. As compras públicas ecológicas jogam um papel decisivo ao dar o exemplo e influenciar o mercado”. A análise das práticas ao nível dos Ministérios torna-se então fundamental, uma vez que estes órgãos de poder central e fazedores de políticas públicas podem ser indutores de mudanças comportamentais ao nível ambiental, isto é podem servir de exemplo de boas práticas a outros sectores da sociedade.

¹ O desenvolvimento sustentável, segundo o Relatório Brundtland (1987), é definido como o desenvolvimento “que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações vindouras satisfazerem as suas próprias necessidades”

² O Tratado de Amesterdão, adoptado no Conselho Europeu de Amesterdão (16 e 17 de Junho de 1997) altera determinadas disposições do Tratado da União Europeia, dos Tratados constitutivos das Comunidades Europeias e alguns actos relativos a esses Tratados, não tendo como intuito substituí-los mas sim complementá-los.

Relevância

Bouwer *et al.* (2005), define as compras públicas ecológicas como sendo a abordagem que integra critérios ambientais em todas as fases do processo de contratação, encorajando a disseminação de tecnologias e o desenvolvimento de produtos amigos do ambiente, ao procurar e seleccionar resultados e soluções que apresentam os menores impactes (possíveis) no ambiente ao longo de todo o ciclo de vida. As compras públicas ecológicas podem ainda dar à indústria verdadeiros incentivos para desenvolverem tecnologias ecológicas. Pode então dizer-se que estas aquisições têm como objectivos a redução dos impactes ambientais associados ao consumo de produtos e serviços e fortalecer o mercado da procura destes com um desempenho ambiental melhor do que os produtos e serviços convencionais existentes (Pierrard, 2004; Bouwer *et al.*, 2005; Trindade *et al.*, 2005; Rüdenauer *et al.*, 2007).

Têm sido várias as abordagens que visam determinar o estado das compras públicas ecológicas na Europa, sendo que apenas uma teve como principal área de estudo as autarquias portuguesas (Trindade *et al.*, 2005). Relativamente aos estudos que visam elaborar estratégias de implementação orientadas para as compras públicas ecológicas apenas um demonstrou ser aplicável a novas tecnologias não sendo contudo directamente aplicável a produtos e serviços para os quais ainda não tivessem sido aplicadas estratégias de aquisições ambientalmente orientadas (Rüdenauer *et al.*, 2007). O presente estudo distingue-se por se aplicar ao nível da administração central do Estado, focando-se no caso dos Ministérios da Educação e da Saúde, órgãos de soberania para os quais até ao momento não foi feita nenhuma análise a este nível e por pretender delinear uma metodologia de implementação aplicável a todo o tipo de produtos e serviços independentemente das suas características.

Objectivos e Metodologia Geral

O presente estudo apresenta assim dois objectivos distintos que obrigam a divisão em duas fases, a “FASE I: Caracterização da situação actual” e a “FASE II: Metodologia para aquisições públicas ecológicas”. A Fase I pretende analisar o ponto de situação dos Ministérios da Educação e da Saúde quanto às aquisições ambientalmente orientadas e quanto ao seu desempenho em combater as alterações climáticas enquanto que a Fase II visa delinear uma estratégia de compras públicas ecológicas para os produtos “Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação” e “Reagentes e meios de contraste”. Para o efeito foi feita uma larga revisão da literatura aplicável a ambos os objectivos com o intuito de delinear metodologias que permitam ir de encontro aos objectivos acima delineados.

Como resultado, e para a análise do ponto de situação dos Ministérios, foram elaborados questionários que permitissem traduzir tanto o ponto de situação em matéria de aquisições ambientalmente orientadas como em matéria de estratégia interna de actuação contra as alterações climáticas. Relativamente à definição de uma estratégia de implementação dos produtos já referidos foram estudadas várias metodologias apresentadas nos estudos analisados com o intuito de elaborar uma estratégia que melhor se adequasse aos produtos seleccionados.

Organização da Dissertação

A organização da presente tese encontra-se estruturada em 6 blocos. O primeiro, visa numa primeira fase introduzir o tema a ser tratado e respectivos objectivos do estudo (Compras Públicas Ecológicas: da Europa até Portugal). O segundo bloco descreve a revisão literária revista e considerada pertinente para o tema central da tese sendo identificadas as questões relevantes para os objectivos deste trabalho (Compras Públicas Ecológicas: Ponto de Situação e Estratégias de Desenvolvimento). A terceira parte descreve a metodologia adoptada ao longo de todo o estudo (Metodologia) e o quarto apresenta os resultados obtidos (Análise dos Resultados). O quinto (Discussão dos Resultados) e sexto (Conclusões) capítulos dizem respeito à discussão dos resultados e às conclusões retiradas ao longo de toda a dissertação, respectivamente.

2. Compras Públicas Ecológicas: da Europa até Portugal

Cerca de 20% da população mundial é responsável pelo consumo de mais de 80% dos recursos naturais existentes e pela produção de 75% dos resíduos (Salim, 1994). Os actuais níveis de consumo são responsáveis por danos na atmosfera, na água, nos solos, na fauna e na flora. Torna-se então imperativo alterar os padrões de consumo da população mundial de forma a atingir um desenvolvimento sustentável (Deni Greene Consulting Services *et al.*, 1996). As compras públicas ecológicas, dada a sua relevância no mercado devem constituir-se como indutores de comportamentos ambientalmente sustentáveis por parte dos outros sectores de actividade económica e dos cidadãos.

Enquadramento Histórico – Legal

De acordo com a Comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativa à Política Integrada de Produtos [COM (2003) 302 final], o desenvolvimento sustentável figura como um dos objectivos fundamentais da União Europeia, sendo que os seus compromissos políticos e legais, relacionados com o desenvolvimento sustentável, surgiram no Artigo 6º do Tratado de Amesterdão em 1997³. Este objectivo foi reiterado no Conselho Europeu de Gotemburgo, em 2001, onde se acrescentou uma terceira dimensão, de carácter ambiental, à estratégia de Lisboa sob a forma de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Esta defende a integração do crescimento económico, da coesão social e da protecção ambiental como base do desenvolvimento europeu (Comissão Europeia, 2007). O Conselho foi então convidado a desenvolver estratégias que integrassem os aspectos ambientais em todos os domínios pertinentes da política comunitária tendo em conta os objectivos que seriam estabelecidos no Sexto Programa de Acção em matéria de Ambiente⁴.

Este Programa de Acção identificou quatro áreas prioritárias: alterações climáticas, biodiversidade, ambiente e saúde, e gestão sustentável dos recursos e dos resíduos (Portal da União Europeia, 2007). É nesta última linha de acção que o Conselho Europeu acorda que “a política integrada de produtos destinada a reduzir a utilização de recursos e o impacte ambiental

³ O novo artigo 6º retoma, no cabeçalho do Tratado, a cláusula da integração do ambiente na definição e aplicação das outras políticas, que já consta do artigo 174 (antigo artigo 130º-R). É igualmente mencionado que esta integração constitui um dos meios para promover um desenvolvimento sustentável.

⁴ O sexto programa comunitário de acção em matéria de ambiente, "Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha", cobre o período decorrente entre 22 de Julho de 2002 e 21 de Julho de 2012.

de resíduos deve ser implementada em cooperação com as empresas” (Comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativa à Política Integrada de Produtos [COM (2003) 302 final]) sendo estabelecido como objectivo do programa “garantir que o consumo de recursos renováveis e não renováveis não ultrapasse os limites do que o ambiente pode suportar, dissociando o crescimento económico da utilização dos recursos, melhorando a eficácia da sua utilização e diminuindo a produção de resíduos”. Das várias acções a realizar neste âmbito destacam-se a: “Integração do princípio da utilização eficaz dos recursos no âmbito da política integrada de produtos, dos sistemas de atribuição do rótulo ecológico, dos sistemas de avaliação ambiental, etc.” e a “Integração da prevenção dos resíduos na política integrada de produtos e na estratégia comunitária relativa às substâncias químicas” (Portal da União Europeia, 2007).

Surge assim a integração da Política Integrada dos Produtos (PIP) na estratégia de desenvolvimento da UE. A PIP defende a análise do ciclo de vida como forma de avaliar todos os impactes ambientais decorrentes das diferentes fases do ciclo de vida do produto com o objectivo de reduzir os impactes daí decorrentes.

O Livro Verde sobre a PIP considera a importância das aquisições ambientalmente orientadas do lado da procura como forma de incentivar o mercado a aumentar a oferta de produtos ecológicos. Foi neste contexto que a UE veio definir as seguintes iniciativas como forma de promover as compras públicas ecológicas (Comissão Europeia, 2007):

- Determinação do grau de implementação das aquisições ambientalmente orientadas na UE tende resultado na publicação do relatório do ICLEI (2003);
- Encorajar os Estados Membros (EM) a desenvolver, até ao final de 2006, planos de acção para promover as compras públicas ambientalmente orientadas e torná-las de acesso público (Planos de Acção Nacionais) de onde resultou a “Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2008-2010 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007, publicada em Diário da República, 1ª Série – N.º 87 – 7 de Maio de 2007);
- Elaboração de medidas informativas para autoridades públicas – elaboração de um manual prático para as Compras Públicas Ecológicas, que deu origem à publicação “Comprar ecológico! – Manual de contratos públicos ecológicos”, uma base de dados para produtos e um sítio de Internet ambos disponíveis em <http://ec.europa.eu>.
- A Comissão considera, igualmente, a possibilidade de dar o exemplo tornando os seus contratos públicos ecológicos e aderindo ao sistema EMAS.

A 31 de Março de 2004 a UE publicou a regulação dos contratos públicos nas Directivas n.º 2004/18/CE 2004 e 2004/17/CE. Ambas as directivas visam de acordo com Trindade *et al.*

(2006) “clarificar, simplificar e modernizar a legislação europeia existente sobre aquisições públicas, através por exemplo, da integração de considerações ambientais e sociais nos procedimentos de aquisições, bem como da promoção das compras electrónicas nas organizações públicas”.

A diferença entre ambas diz respeito ao “público-alvo” na medida em que a primeira é relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitadas e obras públicas dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviços e a segunda é referente aos processos de adjudicação de contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais. Esta distinção é feita, segundo a Directiva 2004/17/CE, por duas razões em particular:

1. devido às “(...) diferentes formas pelas quais as autoridades nacionais podem influenciar o comportamento dessas entidades através, nomeadamente, de participações no seu capital ou de uma representação nos respectivos órgãos de administração” e
2. por causa da “(...) natureza fechada dos mercados em que operam, devido à concessão, pelos Estados-Membros, de direitos especiais ou exclusivos para o fornecimento, a abertura ou a exploração de redes de prestação do serviço em questão”.

A transposição de ambas as directivas para a legislação portuguesa deveria ter sido feita até dia 31 de Janeiro de 2006, dando origem ao Novo Código dos Contratos Públicos, aprovado no Conselho de Ministros de 20 de Setembro 2007. Até ao momento a contratação pública é regulada pelo Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

Em Março de 2005 as Conclusões do Conselho Europeu de Bruxelas (22 e 23 de Março de 2005 parágrafo - 42) anunciam a renovação da estratégia para o desenvolvimento sustentável adoptada no Conselho Europeu de Gotemburgo em 2001. Esta nova estratégia, mais completa e mais ambiciosa, que inclui objectivos, indicadores e um procedimento eficaz de acompanhamento, deverá apoiar-se numa visão positiva a longo prazo e integrar plenamente as vertentes internas e externas.

Em Julho de 2005, e no âmbito da Recomendação do Conselho 2005/601/CE de 12 de Julho de 2005, relativa às orientações gerais das políticas económicas dos EM e da Comunidade é indicado que “compete aos Estados-Membros tomar medidas destinadas a promover a transferência transfronteiriça de conhecimentos e fomentar contratos públicos para produtos e serviços inovadores” (O Portal da União Europeia, 2007).

Em Março de 2006, as Conclusões do Conselho de 23/24 de Março de 2006, revelam como uma das suas linhas de acção para o crescimento sustentável do ponto de vista ambiental “Explorar acções específicas que permitam alcançar padrões de produção e de consumo mais sustentáveis a nível global e da UE, nomeadamente a elaboração de um plano de acção da UE em matéria de PCS, e fomentar os contratos públicos ecológicos, promovendo designadamente a definição de critérios ambientais e de objectivos de desempenho, analisando, logo que possível, a proposta de directiva relativa à promoção de veículos de transporte rodoviário não poluentes e avançando com a realização de uma ambiciosa política europeia de prevenção da poluição na fonte”.

Na revisão da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE (Junho de 2006), os EM decidiram estabelecer como objectivo atingir, até 2010, um nível médio de compras públicas ecológicas igual ao então conseguido pelos EM com um melhor desempenho a este nível. Foram então definidas linhas de acção das quais se destacam (Conselho da União Europeia, 2007):

- A CE e os EM devem entrar em diálogo com o sector privado e os *stakeholders* relevantes com o objectivo de estabelecer critérios de desempenho ambientais e sociais para os produtos e processos;
- A CE e os EM irão desenvolver um processo estruturado com vista a partilhar informação sobre boas práticas e *expertise* em compras públicas ecológicas tendo em conta o potencial de promoção das compras públicas ecológicas ao nível local e regional. A CE irá facilitar *benchmarkings* Europeus acerca do desempenho das aquisições ambientalmente orientadas a um nível regular. A CE irá em conjunto com os EM examinar, até 2007, a melhor forma de promover as compras públicas ecológicas para os principais grupos de produtos;
- Os EM devem apoiar campanhas de informação em conjunto com os retalhistas e outras organizações como forma de apoiar produtos sustentáveis, incluindo produtos biológicos, de negócio justo e amigos do ambiente.

A 19 de Fevereiro de 2007 é publicado em Diário da Republica o Decreto-Lei n.º 37/2007 que procede à definição do sistema nacional de compras públicas e à criação da Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E. (ANCP)⁵. Contudo, este decreto-lei não tem como intuito proceder

⁵ Segundo este decreto-lei a ANCP tem por objecto “a) Conceber, definir, implementar, gerir e avaliar o sistema nacional de compras públicas, com vista à racionalização dos gastos do Estado, à desburocratização dos processos públicos de aprovisionamento, à simplificação e regulação do acesso e utilização de meios tecnológicos de suporte

à transposição da Directiva n.º 2004/18/CE nem regular nenhum aspecto relativo à matéria da contratação pública deixando essa “responsabilidade” para o Novo Código dos Contratos Públicos que para além de também visar transpor a Directiva n.º 2004/17/CE pretende ainda aumentar os poderes de “regulação do Estado”, aumentar a “transparência”, simplificar e reunir “legislação dispersa” e fixar critérios sociais e ambientais no âmbito das condições de execução dos contratos (Público, 2007, Trindade *et al.*, 2005). O Novo Código dos Contratos Públicos foi aprovado no Conselho de Ministros de 20 de Setembro 2007.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007 vem aprovar a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2008-2010 respondendo, assim, à solicitação feita pela Comissão Europeia onde esta pedia aos EM a elaboração de um plano de acção de compras públicas ecológicas até ao final de 2006 (Comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativa à Política Integrada de Produtos [COM (2003) 302 final]). Esta estratégia apresenta dois objectivos: 1) reduzir o impacte ambiental resultante das actividades da Administração Pública e 2) fomentar o mercado de produtos ecológicos ao mesmo tempo que sensibiliza e demonstra boas práticas ambientais a outros sectores da sociedade.

Compras Públicas Ecológicas – Uma realidade Portuguesa?

As compras públicas ecológicas ou aquisições públicas ambientalmente orientadas definem-se como sendo as aquisições efectuadas por entidades públicas que têm em conta a integração de critérios ambientais na aquisição de produtos e serviços. O seu objectivo consiste em reduzir os impactes no ambiente e na saúde humana ao mesmo tempo que servem para dar o exemplo e influenciar o mercado (Trindade *et al.*, 2006).

A elaboração e implementação de um plano de compras públicas ecológicas já se encontrava prevista no Plano Nacional para as Alterações Climáticas de 2004 (PNAC 2004). Este não tem como intuito estabelecer o tipo de compras que têm de ser feitas, mas sim definir que sejam cumpridos determinados aspectos ambientais nas compras e aquisições feitas pela Administração Central do Estado. Este documento é transversal a todos Ministérios que terão de demonstrar que escolhem as opções mais “amigas do ambiente”, justificando as suas compras de acordo com determinados critérios ambientais e a categoria de produtos e serviços ainda em estudo.

e à protecção do ambiente; e b) Assegurar, de forma centralizada, a aquisição ou a locação, em qualquer das suas modalidades, a afectação, a manutenção, a assistência, a reparação, o abate e a alienação dos veículos que compõem o parque de veículos do Estado (...).”

Dado que a implementação da Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas se encontra prevista para o período de 2008-2010, importa compreender qual o ponto de situação em que se encontram os Ministérios, sendo que o presente estudo se propõe a analisar dois dos mais representativos entre os 14. Tendo ainda em conta a Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2007 onde consta que “Foi dada particular prioridade ao combate às alterações climáticas, abrindo-se, desse modo, caminho para tornar a actividade do Estado cada vez mais neutra quanto às emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e para estimular a melhoria das práticas de contratação e de aquisição de bens e serviços com respeito pelos valores ambientais” importa também estudar que medidas implementam actualmente para fazer face às alterações climáticas tanto aquando da realização das suas aquisições como no seu dia a dia.

Reconhecendo ainda a importância da definição de estratégias de selecção das categorias de produtos, serviços e/ou obras adquiridos o estudo propõe-se ainda a seleccionar duas categorias para a definição de um “guia” passo a passo para a tornar a sua compra ambientalmente orientada.

3. Compras Públicas Ecológicas: Ponto de Situação e Estratégias de Desenvolvimento

A revisão da literatura foi feita tendo em conta as duas fases de desenvolvimento deste estudo. A Fase I que visa analisar o ponto de situação dos Ministérios a analisar no que diz respeito às aquisições ambientalmente orientadas e ao combate às alterações climáticas e a Fase II que visa a elaboração de uma estratégia para a implementação de compras públicas ecológicas. Esta revisão apresenta-se como sendo de extrema importância por dois motivos em particular. Primeiro, por servir de base à construção dos descritores que irão permitir analisar o ponto de situação em que se encontra o alvo de estudo e, segundo por permitir a definição de uma estratégia de aquisição para determinadas categorias de produtos, serviços ou obras a seleccionar.

FASE I: Caracterização da situação actual

Para a determinação do ponto de situação dos Ministérios a estudar foram de vital importância os trabalhos desenvolvidos por Bouwer *et al.* (2005), no âmbito do Take-5 Consortium⁶, o relatório do ICLEI (2003) e a metodologia de base utilizada pelo Investor Responsibility Research Center (IRRC)⁷, na elaboração dos relatórios “Corporate Governance and Climate Change: Making the Connection”⁸, edições de 2003 e 2006, para o Coalition for Environmentally Responsible Economies (CERES)⁹.

O relatório do ICLEI foi o primeiro estudo da UE que visou determinar o grau de implementação das aquisições ambientalmente orientadas na então UE-15. Para o efeito foram enviados dois questionários a todas as entidades públicas identificadas. O primeiro continha perguntas sobre as práticas de compras públicas ecológicas em vigor bem como questões orçamentais para que

⁶ O Take-5 Consortium é constituído por 5 organizações Europeias: SYKE baseado na Finlândia, CES situado na Hungria, Macroscopio com sede em Itália, Global to Local em Inglaterra e a Virage, líder do Consórcio, localizada na Holanda.

⁷ O IRRC é uma empresa de investigação sediada em Washington, Estados Unidos da América, especializada na compilação e análise de informação acerca de “corporate governance” e da responsabilidade social das empresas. É parceira neste projecto.

⁸ Ambas as edições estudam o modo como as maiores emissoras de GEE, a nível mundial, contabilizam as alterações climáticas nas suas estratégias de negócio e nas práticas de gestão. A edição de 2003 estudou 20 empresas incluídas nos 5 sectores com maior intensidade carbónica no Estados Unidos (e.g. indústrias da produção de electricidade, do fabrico de automóveis, e petrolíferas) e a edição de 2006 fez o mesmo para 100 empresas desde que incluídas nos 10 sectores com maior intensidade carbónica.

⁹ O CERES é uma coligação de grupos de interesse ligados ao investimento, ao ambiente e ao trabalho, cujo objectivo é promover a responsabilidade corporativa em todo o mundo.

fosse possível identificar as entidades públicas que incluíssem critérios ambientais nas suas aquisições. O segundo questionário foi enviado apenas a estas entidades com questões que visavam identificar o tipo de critérios ambientais que eram considerados nos contratos, quais os produtos a que estes eram aplicados, quais os rótulos ecológicos utilizados e quais os sistemas de gestão ambiental considerados. Os resultados deste estudo revelaram ser algo confusos uma vez que 85% das entidades questionadas indicam incluir critérios ambientais nas suas aquisições, algo que os autores do estudo indicaram ser um número demasiado elevado. Apesar de Portugal ter feito parte deste estudo apenas 3% dos questionários enviados foram devolvidos ao ICLEI para análise (12 respostas em 369 questionários enviados), tornando a amostra não representativa da realidade portuguesa.

Os trabalhos desenvolvidos por Bouwer *et al.* (2005), tinham como objectivo “desenvolver uma ferramenta de medição do nível actual de compras públicas ecológicas na UE ao mesmo tempo que deveria disponibilizar exemplos de especificações ambientais técnicas para uma selecção de produtos e serviços identificados como mais adequados para inclusão numa estratégia. Para o efeito este consórcio desenvolveu um questionário a enviar às diversas instituições públicas (local, regional, central e outras instituições públicas) aos então 25 EM como forma de definir o ponto de situação dos mesmos. Em paralelo o estudo recorreu ainda à análise dos concursos públicos publicados pelos EM. Este estudo permitiu identificar 7 países¹⁰ que mais praticam, actualmente, aquisições ambientalmente orientadas. O estudo refere ainda que estes países apresentam algumas ou todas as seguintes características:

- Existência de políticas nacionais;
- Programas Nacionais: as aquisições ambientalmente orientadas foram traduzidas num programa nacional e têm vindo a ser consideradas nos últimos anos;
- Fontes de informação: todos têm sítios de Internet disponíveis para consulta com informação acerca das compras públicas ecológicas;
- Os 7 países que revelam os maiores níveis de compras públicas ecológicas estão a utilizar uma ou mais das seguintes ferramentas: ciclo de vida, especificações funcionais ou variantes.

O estudo identificou algumas lacunas como, por exemplo, o facto de os concursos públicos analisados apresentarem o que a entidade pretende adquirir mas não fornecerem informação

¹⁰ Alemanha , Áustria, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Suécia e o Reino Unido.

acerca do que foi realmente adquirido, o facto de a publicação destes contratos públicos só ser obrigatória quando o valor de aquisição for superior a € 49 880 (Artigo 80º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Julho) não permitindo aferir acerca do que foi pedido com um valor inferior, informações acerca da entidade contratante, por exemplo a sua política de aquisição, não costumam estar incluídas no contrato público pelo que o processo de escolha é desconhecido. Em relação aos questionários foram também identificadas algumas lacunas das quais se destacam:

- Possíveis enviesamentos como resultado de respostas politicamente correctas;
- As respostas traduzem a realidade da pessoa que preenche o questionário e não a realidade da entidade em estudo;
- Os questionários têm tendência a serem respondidos por pessoas que à partida já demonstram um certo interesse neste tipo de aquisições o que pode influenciar os resultados da amostra.

Contudo, para o âmbito deste estudo a maior lacuna encontrada diz respeito ao número de entidades em Portugal que responderam ao questionário: 5 em 112 representado 4,5%. Tendo sido definido pelo estudo que apenas seriam analisados os países com um número de respostas e de concursos iguais ou superiores a 30, o estudo não reflecte a realidade portuguesa.

Os estudos do Ceres visam classificar um conjunto de empresas seleccionadas quanto ao seu desempenho face às alterações climáticas. O seu último relatório, *Corporate Governance and Climate Change – Making the Connection*, estudou o modo como 100 das empresas maiores emissoras de GEE incluídas nos 10 sectores com maior intensidade carbónica nos Estados Unidos contabilizam as alterações climáticas nas suas estratégias de negócio e nas práticas de gestão. A *checklist* resultante da análise das práticas de gestão que levam em conta as alterações climáticas, providencia 14 itens de avaliação, que permitem atingir uma pontuação máxima de 100 pontos, com o estudo das acções das empresas nas áreas de responsabilização do Conselho de Administração, da contabilização da gestão a este nível, da compensação executiva e da edição de relatórios de emissões.

O relatório descreve ainda como os investidores institucionais podem engrenar as alterações climáticas nas empresas como parte da agenda de gestão corporativa emergente. Infelizmente, até ao momento estes estudos ainda não foram adaptados e aplicados à administração pública pelo que ainda não é possível retirar informações acerca do desempenho destes órgãos no combate às alterações climáticas. Existem outros estudos de carácter semelhante aos do Ceres

como é o caso do Carbon Disclosure Project (CDP)¹¹, contudo o âmbito do seu estudo apresenta ligeiras diferenças na medida em que procede à selecção das empresas que são alvo do estudo. O CDP analisa o desempenho face às alterações climáticas das empresas constantes do *Financial Times 500*¹², tendo em conta se o sector em que se enquadra tem maior ou menor intensidade carbónica delineando uma lista de perguntas para cada um destes casos.

FASE II: Metodologia para aquisições públicas ecológicas

De acordo com a Comunicação Interpretativa da Comissão sobre o direito comunitário aplicável aos contratos públicos e as possibilidades de integrar considerações ambientais nos contratos públicos (Comm 2001 274 final), “a primeira oportunidade para atender às considerações ambientais num contrato público é a fase imediatamente anterior à aplicação das directivas dos contratos públicos: a escolha propriamente dita do objecto do contrato ou, para simplificar, “o que é que eu, entidade pública pretendo construir ou adquirir”? Nesta fase, as entidades adquirentes têm amplas possibilidades de atender às considerações ambientais, no sentido de escolher um produto ou serviço que respeite o ambiente. Dependerá da consciência ecológica e dos conhecimentos da entidade adquirente o grau em que isso será, com maior ou menor eficácia, posto em prática”.

Na base da definição de qualquer estratégia de aquisições ambientalmente orientadas está a identificação dos produtos e/ou serviços que serão abrangidos. De acordo com os Manuais “GRIP Purchasing” da GRIP¹³ e “Comprar ecológico! – Manual de contratos públicos ecológicos” da CE, a selecção dos produtos e/ou serviços deve ter em conta os seguintes aspectos:

- Necessidades de formação, acesso à informação e interesse por parte do pessoal responsável pelas aquisições;
- As categorias seleccionadas têm visibilidade, isto é, dada a quantidade de utilizadores a percepção será de que “algo está a ser feito”;

¹¹ Esta organização, sem fins lucrativos, tem como objectivo estabelecer relações entre os accionistas e as empresas no que diz respeito às implicações que as alterações climáticas podem ter nos valores das acções e nas operações comerciais. A associação tem como objectivo facilitar o diálogo baseado em informação de qualidade que dará origem a uma resposta racional às alterações climáticas.

¹² As empresas *Financial Times 500* dizem respeito a um ranking anual que classifica as 500 maiores empresas de acordo com a Capitalização de Mercado, sendo que quanto maior é o valor atribuído às acções de determinada empresa pelos mercados de capitais, melhor é a sua classificação no ranking. A Capitalização de Mercado determina-se através do número de acções que uma empresa tem dispersas pelo mercado, multiplicado pelo valor de mercado dessas mesmas acções no dia em que a avaliação é levada a cabo.

¹³ O GRIP é uma fundação Norueguesa que visa promover a produção e o consumo sustentáveis. O GRIP foi fundado pelo Ministro Norueguês do Ambiente em 1995.

- O volume a adquirir é de dimensão suficiente para que tenha visibilidade no mercado;
- O produto e/ou serviço têm impacte significativo no ambiente;
- Probabilidade de os diferentes fornecedores/soluções no mercado terem desempenhos ambientais dissimilares;
- Existem critérios já delineados por outros países/organizações que possam ser adoptados.

De acordo com Bouwer *et al.* (2005), a selecção dos produtos, serviços e/ou obras deve ter em conta os seus impactes ambientais, a existência e o custo de alternativas mais favoráveis do ponto de vista ambiental e a disponibilidade de dados. Como resultado da aplicação destes critérios já existem vários produtos e serviços com um série de critérios ambientais desenvolvidos e prontos a adoptar por parte das entidades que queiram colocar em prática aquisições ambientalmente orientadas. Porém, e como o próprio estudo aponta, a disponibilidade de dados acerca dos impactes dos produtos, serviços e/ou obras requisitados é muitas vezes limitada e dificulta a selecção dos mesmos deixando que em alguns casos alguns produtos não sejam considerados apesar do seu potencial de redução de impactes ao optar por uma aquisição baseada em critérios ambientais.

Pierrard (2004), indica que a magnitude do potencial de redução dos impactes ambientais de um produto, serviço e/ou obra depende das suas quantidades unitárias que a um determinado momento: são requisitadas ao mercado e que são substituíveis por um produto, serviço e/ou obra mais amigo do ambiente. Também Rüdenauer *et al.* (2006), refere que o acesso à versão “verde” de alguns produtos pode ser difícil (e.g. no caso do vestuário onde existem poucas soluções ambientais no mercado) indicando que tal facto pode ser visto como uma barreira às compras públicas ecológicas. Porém, o mesmo estudo indica que as entidades públicas podem, através da requisição de produtos ecológicos, contribuir para tornar o mercado “verde”.

Contudo, e como Pierrard (2004) apontou o potencial de redução de um produto, serviço e/ou obra também é dependente da quantidade requisitada ao mercado. Assim, para um determinado produto para o qual não existem dados suficientes acerca do seu ciclo de vida e cujos impactes ambientais sejam considerados médios corre-se o risco de não serem feitas tentativas de o inserir numa estratégia de aquisições ambientalmente orientadas mesmo que o volume requisitado seja de grande dimensão e como tal os seus impactes ambientais cumulativos poderem ser superiores em comparação com um segundo produto cujo ciclo de vida e impactes

ambientais são bem conhecidos mas que por ser requisitado em menor quantidade represente um menor potencial de redução de impactes ambientais como resultado da sua adopção numa estratégia de compras públicas ecológicas.

No seu relatório, Bouwer *et al.* (2005), fez uma selecção de uma quantidade de produtos, serviços e/ou obras com maior potencial de adopção numa estratégia de aquisições ambientalmente orientadas. Estes produtos foram incorporados no questionário enviado aos 25 EM com o intuito de averiguar a quantidade de vezes que tinham sido adquiridos entre 2004 e 2005. Em paralelo o consórcio analisou, durante três meses, os contratos públicos para estudar os produtos, serviços e/ou obras mais requisitados nesse período. Para efeitos de contabilização apenas foram consideradas as categorias de produtos, serviços e/ou obras com mais de 30 pedidos/requisições. A combinação dos resultados dos questionários e da análise dos contratos públicos resultou na identificação dos produtos e serviços com maiores potencialidades de inclusão numa estratégia de aquisições ambientalmente orientadas (Figura 3.1).

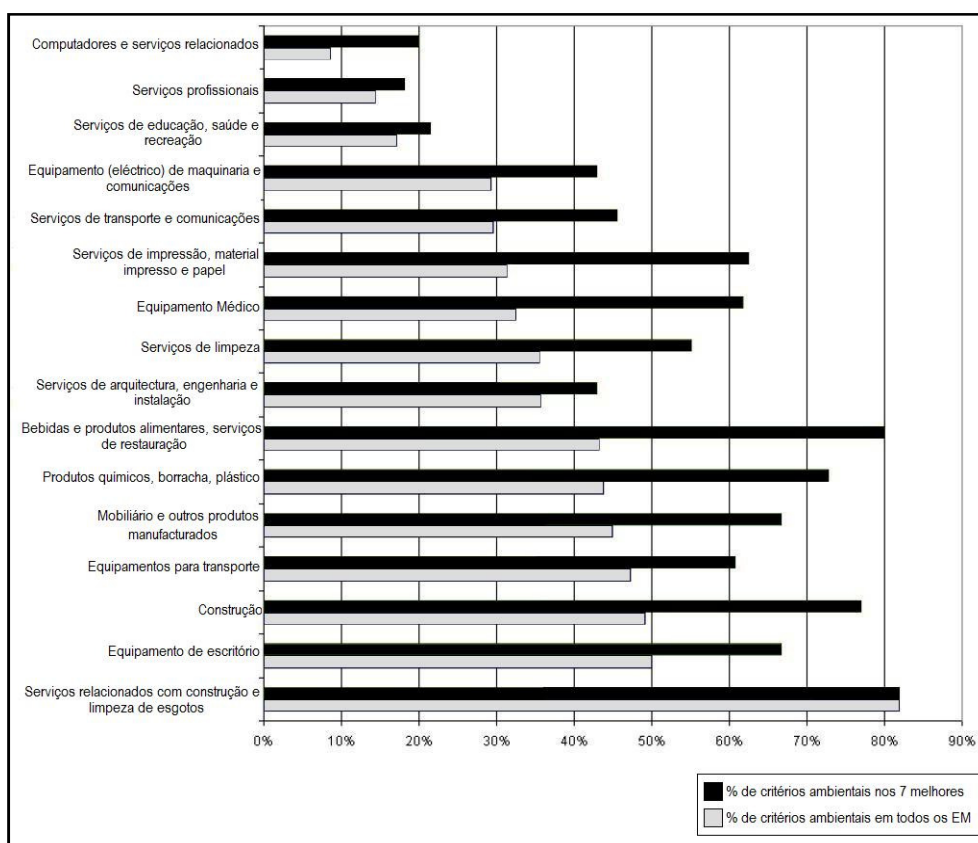


Figura 3.1 – Produtos, serviços e/ou obras para os quais são aplicados critérios ambientais aquando da sua aquisição (adaptado de Bouwer *et al.* 2005).

Da revisão literária realizada verificou-se um consenso geral acerca das etapas a seguir num processo de implementação de compras públicas ecológicas, cujas fases se encontram ilustradas na Figura 3.2.

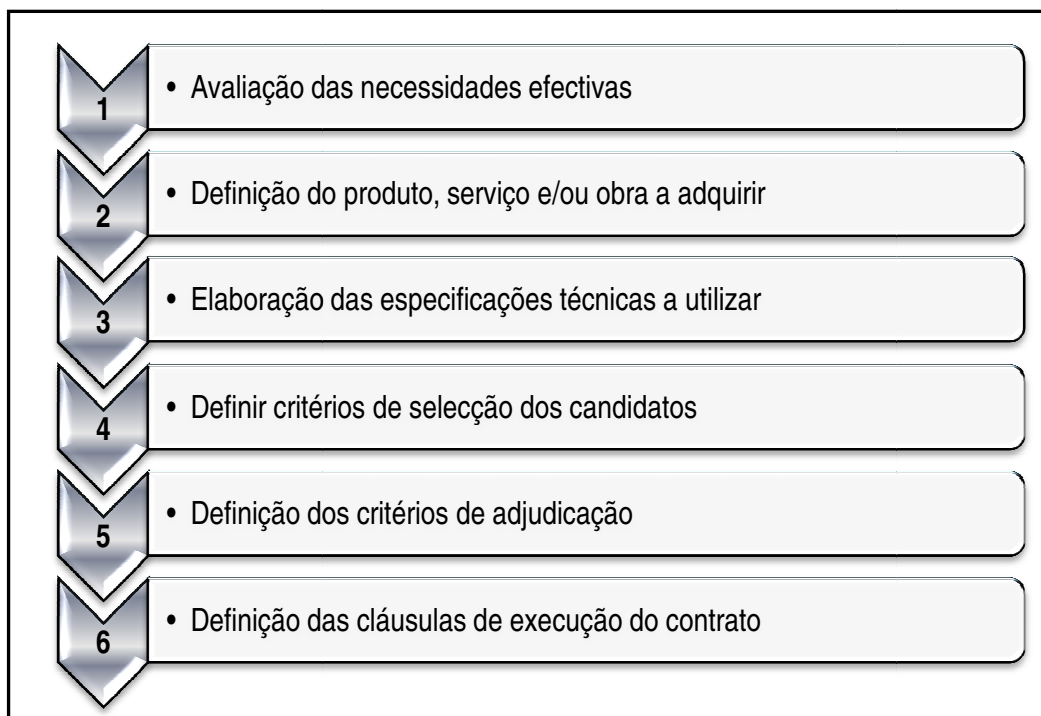


Figura 3.2 – Etapas para a definição de uma estratégia de compras públicas ecológicas (adaptado de GRIP, 1997; Clement *et al.*, 2004; Comissão Europeia, 2005; Trindade *et al.*, 2005; Rüdenauer *et al.*, 2007).

De seguida é feita uma breve explicação acerca de cada uma das fases ilustradas na Figura 3.2:

1. Avaliação das necessidades efectivas:

Muitos fornecedores especulam com o facto de a entidade requisitante não saber o que está a pedir. Para evitar especulações esta avaliação deve ocorrer antes de definir o objecto do contrato e visa descrever, de uma forma funcional, de modo a não excluir todas as possibilidades que o mercado oferece, as necessidades do utilizador e o desempenho pretendido.

2. Definição do produto/serviço a adquirir:

A definição do produto, serviço ou empreitada a adjudicar envolve a descrição e a definição dos parâmetros de qualidade relativos ao que a entidade pública pretende adquirir. Para garantir um maior grau de transparência é importante que a definição do produto, serviço e/ou obra a adquirir tenha integrado uma referência ambiental no título (e.g. aquisição de computadores energeticamente eficientes).

3. Elaboração das especificações técnicas a utilizar:

As especificações técnicas visam apresentar o concurso ao mercado de forma a que as empresas possam decidir se este é do seu interesse e estabelecem um conjunto de

requisitos mínimos quantificáveis para que as propostas dos candidatos possam ser avaliadas. As especificações técnicas podem ser definidas como:

a. Especificações técnicas

Esta é a abordagem mais comum. Podem ser utilizadas várias normas europeias e normas nacionais e especificações técnicas nacionais como as desenvolvidas pelo Comité Europeu de Normalização (CEN), o Comité Europeu de Normalização Electrotécnica (Cenelec) e o Instituto Europeu de Normalização para as Telecomunicações (ETSI). Podem também ser utilizados critérios mais ambiciosos que os definidos pelas normas desde que se encontrem bem definidos e não sejam discriminatórios. Este tipo de especificação tem duas funções: 1) descreve o contrato para o mercado de uma forma que permite às empresas decidirem se é ou não do seu interesse e 2) estipulam requisitos quantificáveis permitindo avaliar as propostas.

b. Especificações baseadas no desempenho

Esta abordagem permite que o mercado seja criativo ao não expressar especificações técnicas demasiado pormenorizadas. Contudo, é necessário que as especificações sejam suficientemente claras de forma a permitir uma avaliação criteriosa das diferentes propostas. Nestes casos a necessidade é conhecida mas aguarda-se uma solução do mercado ao mais baixo preço possível.

c. Métodos de produção

Na aquisição de produtos as entidades públicas podem estabelecer critérios de selecção com base em determinados materiais que devem ou não estar incluídos no mesmo. A entidade adjudicante pode ainda determinar o método de produção do produto a adquirir.

d. Utilização de variantes

Os variantes ecológicos podem ser pedidos quando continuam a existir dúvidas quanto à existência de alternativas ecológicas aos produtos, serviços ou obras que se pretende contratar, e quanto à sua qualidade e serviço. A utilização de variantes pressupõe:

- Indicação prévia, nos documentos do contrato, de que serão aceites variantes;

- Definição de um conjunto de especificações técnicas mínimas para o produto a adquirir, que serão aplicadas quer à oferta neutra quer à sua variante ecológica;
- Acrescento de uma dimensão ambiental à variante ecológica a que esta deverá obedecer;
- Requisitos específicos para a apresentação de variantes (e.g., exigência de um sobrescrito separado para a variante).

4. Definir critérios de selecção dos candidatos:

Os critérios de selecção têm como objectivo garantir que as empresas concorrentes têm a capacidade de executar o contrato a que se candidatam. São duas as principais categorias de critérios de selecção: 1) critérios de exclusão e 2) critérios de avaliação das capacidades técnica e financeira. As Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE descrevem as situações em que se aplicam estes critérios. A nível nacional estes critérios encontram-se regulados pelo Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

5. Definição dos critérios de adjudicação:

Esta é a fase onde as entidades adjudicantes avaliam a qualidade das ofertas e comparam os preços. Existem duas opções ao dispor das entidades públicas para a adjudicação do contrato: 1) comparação das propostas tendo por base apenas o preço mais baixo ou 2) atribuição do contrato de acordo com a escolha da oferta economicamente mais vantajosa em concurso¹⁴. Estes critérios de adjudicação devem ser previamente publicados e no caso de se optar pelo segundo método é dever das autoridades adjudicantes especificar e tornar públicos os critérios de adjudicação do contrato e a ponderação relativa atribuída a cada um dos critérios utilizados.

6. Implementação das cláusulas de execução do contrato:

Estas cláusulas especificam a forma como um contrato deve ser executado. As considerações ambientais também podem ser integradas nesta fase desde que tenham sido indicadas no anúncio do concurso ou no caderno de encargos e desde que em conformidade com a legislação Nacional e Europeia na matéria.

¹⁴ A determinação da oferta economicamente mais vantajosa tem em conta critérios de qualidade, mérito técnico, as características funcionais e ambientais, entre outros critérios.

Existem vários casos de estudo sobre aquisições ambientalmente orientadas, dos quais se destaca o caso da cidade de Lille em França. Esta cidade lançou um concurso público com o objectivo de garantir que a iluminação pública da cidade fosse gerida de uma forma exemplar e atingisse os melhores resultados possíveis em termos de eficiência energética e desempenho ambiental. A inovação na sua abordagem deve-se ao facto de ter aplicado critérios ambientais a longo de todo o processo de implementação e para todas as componentes do contrato.

Uma segunda particularidade do contrato público lançado tem a ver com o facto de o mesmo ter seguido uma abordagem virada para os resultados, oferecendo às empresas concorrentes uma larga margem de actuação dentro dos objectivos chave delineados. Assim, ao invés de fornecer detalhes sobre como deveria funcionar o sistema de iluminação a entidade adjudicante optou por atribuir maior importância nos objectivos do contrato e os resultados sendo que não foram estabelecidos objectivos quantitativos nem limiares específicos. Desta forma, a entidade adjudicante permitiu aos concorrentes sugerir quais as melhores formas de atingir os objectivos delineados. Esta forma inovadora de conduzir concursos públicos permitiu o desenvolvimento de uma nova Eco-Solução que permitiu à cidade, no espaço de apenas um ano, poupar cerca de 42% em consumo de electricidade.

4. Metodologia

Este estudo divide-se em duas fases: 1) uma primeira onde se pretende efectuar um levantamento acerca do ponto de situação das aquisições públicas ecológicas dos Ministérios a analisar e 2) uma segunda onde são seleccionadas duas categorias de produtos com o intuito de delinear uma estratégia de aquisição ecológica para os mesmos.

Para o efeito, foram primeiro identificados os Ministérios a analisar, seguido da elaboração de questionários a enviar aos mesmos de forma a compreender qual o seu ponto de situação. Foi depois feito um levantamento de todos os concursos públicos publicados em Diário da República ao longo do ano de 2007 de forma a identificar quais as classes de produtos, serviços e/ou obras mais solicitados pelos Ministérios seleccionados. Por fim, são propostas as metodologias para a implementação de aquisições ambientalmente orientadas.

FASE I: Caracterização da situação actual

Seleção dos Ministérios a avaliar

Dos 14 Ministérios passíveis de serem analisados, optou-se por analisar dois Ministérios em particular de forma a facilitar a análise. Para efeitos de selecção foram tidos em conta o número de empregos gerados por cada uma das estruturas ministeriais bem como as verbas atribuídas pelo Orçamento de Estado de 2006 para cada Ministério. A Tabela 4.1 dispõe os Ministérios de acordo com critérios já mencionados .

Tabela 4.1 – Verbas atribuídas e número de empregos gerados por Ministério em 2006.

Ministério	N.º empregos	Orçamento (€)
Educação	205437	6.106.885.390,00
Saúde	113295	7.780.392.479,00
Administração Interna	54086	1.474.440.875,00
Defesa Nacional	49883	1.909.043.390,00
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	40828	1.531.793.381,00
Trabalho e Solidariedade Social	26447	5.650.675.166,00
Justiça	20351	886.667.973,00
Finanças e Administração Pública	16325	58.612.315.920,00
Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas	11862	515.632.394,00
Economia e da Inovação	5265	240.269.438,00

Ministério (Cont.)	N.º empregos (Cont.)	Orçamento (€) (Cont.)
Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	4946	310.032.535,00
Obras Públicas, Transportes e Comunicações	4099	925.835.924,00
Cultura	3643	189.705.371,00
Negócios Estrangeiros	3250	335.666.338,00

De acordo com a Tabela 4.1, verificamos que os Ministérios que surgem com o maior número de empregos gerados são o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação. Todavia, não se devem ignorar as verbas atribuídas ao Ministério das Finanças e Administração Pública (58.612.315.920,00), que são cerca de 13 vezes superiores às atribuídas ao Ministério da Saúde. Contudo, destas, cerca de 85% (€ 49.605.700.000,00) são para a gestão da dívida pública que é gerada pela actividade dos Ministérios, “sobrando” ao Ministério cerca de € 9.006.615.920,00. Assim, se tivermos em conta o conjunto dos critérios empregos gerados e verbas atribuídas verificamos que os Ministérios que se destacam são o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

Seleção dos critérios de avaliação dos Ministérios

Na construção do esquema de avaliação qualitativa que pretendemos utilizar optou-se por avaliar os Ministérios quanto ao seu desempenho em compras públicas ecológicas e quanto ao seu desempenho na adopção de medidas e programas que visem fazer face às alterações climáticas. A estrutura do questionário dividiu-se em duas partes, uma referente aos “Ministérios: Práticas de gestão e questões ambientais” e outra referente às “Práticas de Compras Públicas Ecológicas”. As questões a incluir no questionário enviado foram adaptadas à realidade portuguesa e tiveram como base os critérios adoptados por Bouwer *et al.* (2005) para a publicação do Relatório “Green Public Procurement in Europe”¹⁵, as sugestões descritas no manual da Comissão Europeia “Comprar ecológico! – Manual de contratos públicos ecológicos” e a metodologia de base utilizada pelo Investor Responsibility Research Center (IRRC), na elaboração dos relatórios “Corporate Governance and Climate Change: Making the Connection”, edições de 2003 e 2006, para o Coalition for Environmentally Responsible Economies (CERES).

¹⁵ Este relatório foi encomendado pelo Direcção Geral do Ambiente à UE para aferir acerca do nível de Compras Públicas Ecológicas na EU ao mesmo tempo que deveria fornecer exemplos de critérios técnico-ambientais para uma série de serviços e produtos identificados como mais aptos de serem classificados como serviços ou produtos “verdes”.

O resultado final traduziu-se na elaboração de um questionário com duas secções distintas de avaliação, descritas de seguida (Anexos I e II).

Secção A – Ministérios: Práticas de gestão e questões ambientais

O sector público encontra-se numa posição chave para liderar o esforço nacional de redução de emissões de GEE ao dar um exemplo estratégico e comportamental ao sector privado. Ao estabelecer elevados padrões de eficiência energética e ao reduzir emissões de GEE, o sector público, ao mesmo tempo que reduz as suas próprias emissões, influencia a cadeia de fornecimento de materiais de construção para edifícios e equipamentos eléctricos, entre outras áreas. Porém, tal como o sector privado, os organismos estatais deparam-se com barreiras na identificação e implementação de oportunidades de redução de GEE. A aposta em investimentos que possam conduzir a reduções, em anos futuros, é um exemplo destas dificuldades. Igualmente importante é a necessidade de envolver todos os funcionários (desde a chefia até ao comum dos trabalhadores) para a importância da questão do desperdício energético. Só ao ultrapassar estas barreiras é que o Governo poderá estabelecer-se como um exemplo para a população e para o sector privado.

Este item pretende saber as actuais práticas de gestão ambiental relacionadas com as alterações climáticas e eficiência energética. Assim, esta área pretende efectuar um enquadramento geral da organização interna do Ministério, avaliação do seu modelo de governação face às questões ambientais e, por fim, conhecer a abordagem dos Ministérios face às alterações climáticas. É ainda questionada a existência de objectivos ambientais, as metodologias adoptadas para os atingir, a implementação de programas de redução do consumo energético/eficiência energética, entre outras questões. Adicionalmente, o capítulo inquire acerca da constituição da frota automóvel bem como acerca da contabilização interna das emissões de GEE e acerca do estabelecimento ou não de metas de redução.

Secção B – Compras Públicas Ecológicas

A Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas 2008-2010, apesar de já se encontrar prevista no PNAC 2004, foi apenas aprovado a 25 de Janeiro de 2007. Este sistema estabelece como objectivo global que, em 2010, 50% dos concursos públicos lançados para aquisição de produtos ou serviços serão abrangidos pelo novo sistema e incluirão critérios ambientais. Segundo o Portal do Governo, o plano dá “particular prioridade ao combate às alterações climáticas e ao problema de emissão de gases com efeito de estufa. Por outro lado, os efeitos que podem advir da sua execução deverão resultar em relevantes reduções de impactes ambientais em vários domínios, nomeadamente pela promoção de «mercados verdes» e pelo

seu potencial sensibilizador e disseminador em matéria de boas práticas ambientais”. Como tal, importa compreender qual o ponto de situação dos vários Ministérios quanto a esta temática. Os critérios sugeridos de seguida visam analisar o que tem sido feito até ao momento com o intuito de identificar as boas práticas já implementadas.

Ao longo do questionário são colocadas questões que pretendem verificar a consideração de critérios ambientais na contratação de produtos e serviços. Pretende-se fazer um diagnóstico da actual situação, percebendo se há conhecimento do conjunto de critérios ambientais que podem ser considerados aquando da selecção e aquisição de um produto, serviço e/ou obra e se estes são ou não efectivamente considerados. Existem ainda itens que pretendem apurar quais os critérios ambientais utilizados na aquisição de determinados grupos de produtos como por exemplo o papel ou o material de limpeza.

Por fim, são colocadas questões que têm como objectivo aferir acerca do grau de desenvolvimento das compras públicas ecológicas nos Ministérios em avaliação. Como tal, a um primeiro nível questiona-se a existência de um suporte de informação que auxilie os funcionários no estabelecimento de critérios ambientais no acto da compra e, num segundo nível, se a política de compras do Ministério inclui estas questões ou se estas partem da iniciativa do responsável pela escolha dos produtos, serviços e/ou obras.

Recolha de Informação

De seguida é feita uma breve descrição à metodologia de recolha de informação:

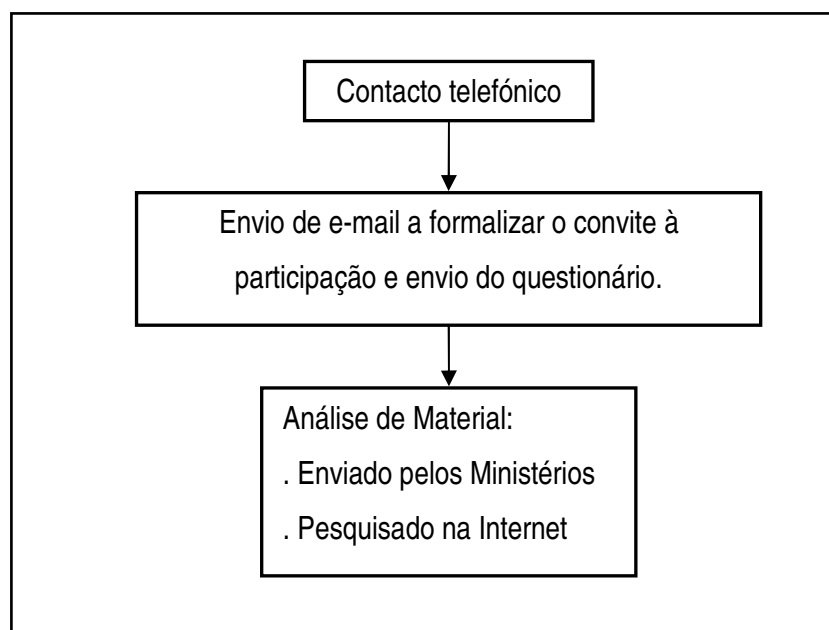


Figura 4.1 – Metodologia adoptada na recolha de informação.

1º Contacto telefónico

Foi efectuado um primeiro contacto telefónico com o intuito de averiguar o responsável no Ministério pela colaboração com a mestrandia. Este deveria preencher o questionário enviado ou encaminhá-lo à pessoa responsável.

2º Envio de e-mail e acompanhamento

Foi enviado um e-mail a formalizar o convite à participação, bem como a solicitar o preenchimento do questionário. Nesta fase foram feitos vários telefonemas e enviados vários e-mails a solicitar o preenchimento do questionário.

3º Análise do Material

Nesta fase procedeu-se à leitura e análise dos questionários enviados pelos Ministérios. Adicionalmente, foi efectuada uma pesquisa na Internet para a recolha de dados adicionais de acordo com os seguintes passos:

I.1. Pesquisa na página de Internet de cada Ministério;

I.2. Análise dos primeiros 10 resultados relevantes, em 4 palavras-chave, nos motores de busca mais conhecidos (Google e Yahoo):

- 1ª “nome do Ministério + ambiente”;
- 2ª “nome do Ministério + alterações climáticas”;
- 3ª “nome do Ministério + eficiência energética”;
- 4ª “nome do Ministério + compras públicas”.

FASE II: Metodologias para aquisições públicas ecológicas

Identificação de produtos, serviços e/ou obras

Dada a complexidade da delineação de estratégias para uma aquisição ecológica optou-se por seleccionar uma categoria de produtos, serviços e/ou obras para cada um dos Ministérios. Para o efeito foram analisados todos os contratos públicos publicados em Diário da República ao longo de 2007. Foram seleccionados os produtos, serviços e/ou obras mais solicitados por cada um dos Ministérios em estudo.

Delineação de estratégia para a implementação de compras públicas ecológicas

A delineação das estratégias a implementar para as categorias de produtos seleccionadas teve em conta várias publicações e sítios de Internet das quais se destacam as publicações “Inovar

nas Compras Públicas: Aquisições Ambientalmente Orientadas” de Trindade *et al.* (2006), “Comprar ecológico! – Manual de contratos públicos ecológicos” da CE, “GRIP Purchasing” da GRIP, “Costs and Benefits of Green Public Procurement in Europe – Part 3: The Potential of GPP for the Spreading of New/Recently Developed Environmental Technologies – Case Studies” do Öko-Institut e.V., “The Procura+ Manual - A Guide to Cost-Effective Sustainable Public Procurement” do ICLEI – Local Governments for Sustainability e o artigo “International Procurement Regimes and the Scope for the Inclusion of Environmental Factors in Public Procurement” de Kunzlik (2003).

5. Análise dos Resultados

A apresentação dos resultados é feita com base nas duas fases em que se divide a presente dissertação. Desta forma, são primeiro apresentados os resultados que visam analisar o ponto de situação das aquisições ambientalmente orientadas nos Ministérios da Educação e da Saúde. Por fim, é apresentada uma estratégia de aquisição ecológica para o produto, serviço e/ou obra seleccionado para o Ministério da Educação e para o produto, serviço e/ou obra seleccionado para o Ministério da Saúde.

FASE I: Caracterização da situação actual

Ambos os questionários foram enviados no dia 21 de Agosto de 2007. O Ministério da Educação enviou o questionário preenchido bem como informação adicional (Anexos I e III) no dia 21 de Setembro de 2007. O Ministério da Saúde enviou o seu questionário (Anexo II) no dia 31 de Outubro de 2007 sem dados adicionais.

Da análise do questionário enviado pelo Ministério da Educação verifica-se que este se encontra em fase inicial na área das compras públicas ecológicas já manifestando algumas compras com os ditos “critérios verdes”. Assim, de acordo com o documento enviado verificou-se que o Ministério utiliza os rótulos ecológicos e a utilização de materiais reciclados como critérios ambientais na selecção de um determinado produto, serviço e/ou obra. Ainda de acordo com o documento enviado, verificou-se que os produtos em que estes critérios foram aplicados dizem respeito aos seguintes produtos ou serviços:

- “Papel”, “Material impresso e artigos para impressão” e/ou “Serviços de impressão, publicação e afins” (Classificação CPV 2100, 2200, 7800);
- “Serviços de limpeza” (Classificação CVP 7470).

No que diz respeito à aquisição do produto “Papel”, “Material impresso e artigos para impressão” e/ou “Serviços de impressão, publicação e afins”, serviço e/ou obra descrito, o Ministério da Educação indica ter tido preocupações com a aquisição de papel reciclado. Relativamente ao serviço “Serviços de limpeza” adquirido pelo Ministério foi tido em conta o potencial de toxicidade dos produtos de limpeza na fase de avaliação.

O Ministério indicou ainda que é comum consultar as directrizes dos rótulos ecológicos, a informação disponível na Internet sobre compras públicas ecológicas e directrizes nacionais no

estabelecimento de critérios ambientais. Contudo, as directrizes nacionais ainda se encontram em desenvolvimento e como tal não estão disponíveis para consulta.

Relativamente à existência ou não de objectivos ambientais relacionados com as alterações climáticas o Ministério da Educação indica ter em curso um procedimento de aquisição de electricidade em que é requerido aos concorrentes a prestação de serviços no domínio da eficiência energética como é o caso, por exemplo, da realização de auditorias energéticas.

Quanto ao questionário enviado pelo Ministério da Saúde, verificou-se que, a nível de compras públicas ecológicas ainda não foram tomadas iniciativas de implementação de políticas a este nível. Segundo o questionário, a pouca informação obtida deveu-se em parte à reestruturação e mudança de instalações de vários órgãos do Ministério, e por outro lado, deveu-se ao facto do Ministério ter inúmeros órgãos difundidos pelo País (nomeadamente Hospitais e Centros de Saúde), tornando a recolha de informação difícil.

Apesar dessa dificuldade, são identificados objectivos ambientais relacionados com as alterações climáticas, nomeadamente em projectos relacionados com a saúde e o ambiente. Todos os objectivos têm por base projectos e estratégias estabelecidos pela Direcção Geral da Saúde.

O Ministério tem ainda implementado um sistema de reciclagem de resíduos, que inclui o tratamento de resíduos sólidos hospitalares e a reciclagem de papel, embalagens e consumíveis informáticos, bem como procedimentos de reutilização de equipamentos de escritório.

FASE II: Metodologia para aquisições públicas ecológicas

Antes de proceder à definição dos critérios ambientais a incluir numa determinada aquisição ambientalmente orientada é primeiro necessário identificar os produtos, serviços ou obras a que estes se devem aplicar. Após a sua identificação pretende-se construir uma ferramenta que possa ser utilizada pelo sector público sempre que desejar requisitar esses produtos, serviços ou obras. Espera-se ainda que esta estratégia possa servir como um exemplo de boas práticas ao sector privado induzindo-o a delinear uma estratégia própria de compras públicas ecológicas.

Identificação de produtos, serviços e/ou obras

A Tabela 5.1 ilustra o número de concursos públicos publicados pelos Ministérios da Saúde e da Educação no Diário da República ao longo de 2007¹⁶ (Anexos IV e V). De acordo com esta tabela é possível verificar que do total de concursos publicados (462) apenas 286 tinham a categoria do produto, serviço e/ou obra solicitado¹⁷ devidamente identificada, pelo que não foi possível incluir os restantes (176) na análise de selecção de categorias.

Tabela 5.1 – Número de concursos publicados pelos Ministérios da Saúde e da Educação em 2007.

	Ministério da Saúde	Ministério da Educação	Total
Concursos publicados	427	27	462
Concursos publicados com a indicação da categoria do produto/serviço/obras	261	23	286

Procedeu-se à contagem de todos os produtos, serviços e/ou obras, desde que devidamente identificada a sua categoria, para cada um dos Ministérios analisados. A Tabela 5.2 e a Tabela 5.3 ilustram quais os produtos, serviços e/ou obras solicitados pelo Ministérios da Educação e pelo Ministério da Saúde, respectivamente.

Tabela 5.2 – Produtos, serviços e obras solicitados pelo Ministérios da Educação em 2007.

Categoria de Produto/Serviço/Obra	Número de requisições	Representatividade (%)
Produtos alimentares transformados	2	8,69
Acessórios de equipamento de som e imagem	1	4,35
Equipamento pedagógico	3	13,04
Construção de edifícios de vários fogos e de moradias independentes	3	13,04
Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação	7	30,43
Serviços de cantinas e outros serviços de cafeteria de clientela restrita	1	4,35
Serviços de fornecimento de refeições (catering) a outras empresas e instituições	4	17,39
Serviços de fornecimento de refeições (catering) a escolas	1	4,35

¹⁶ Vide Anexos IV e V.

¹⁷ Para o efeito foi recorrido-se Vocabulário Comum para os Contratos Públicos.

Categoria de Produto/Serviço/Obra (Cont.)	Número de requisições (Cont.)	Representatividade (%) (Cont.)
Serviços de transporte rodoviário de mercadorias	1	4,35
TOTAL	23	99,99%

De acordo com a Tabela 5.2, a “Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação” foi o produto, serviço e/ou obra mais solicitado em 2007. Assim, e de acordo com a metodologia proposta, será esta a categoria para a qual serão definidos critérios ambientais que promovam a sua aquisição ambientalmente orientada.

Tabela 5.3 – Produtos, serviços e obras solicitados pelo Ministério da Saúde em 2007.

Categoria de Produto/Serviço/Obra	Número de requisições	Representatividade (%)
Implantes ortopédicos	1	0,38
Material médico não químico descartável e produtos hematológicos	1	0,38
Produtos alimentares transformados	2	0,77
Papel higiênico, lenços, toalhas de mão e guardanapos	1	0,38
Artigos de papel para uso sanitário ou hospitalar	1	0,38
Fuelóleos	1	0,38
Gases Industriais	6	2,30
Vitaminas	3	1,15
Soluções medicinais	1	0,38
Medicamentos para o sangue e para os órgãos hematopoiéticos	17	6,51
Anti-infecciosos gerais de uso sistêmico	1	0,38
Soluções medicinais	7	2,68
Meios de diagnóstico	5	1,92
Reagentes e meios de contraste	72	27,59
Produtos para fins clínicos	4	1,53
Sacos e sacas de polietileno	4	1,53
Películas radiográficas	1	0,38
Material de escritório	1	0,38
Unidades de memória de entrada ou de saída	1	0,38
Software de gestão	1	0,38
Sistema de arquivo e de imageologia	2	0,77

Categoria de Produto/Serviço/Obra (Cont.)	Número de requisições (Cont.)	Representatividade (%) (Cont.)
Sistemas informáticos diversos	1	0,38
Equipamento de controlo, segurança ou sinalização para vias-férreas	1	0,38
Aparelhos para radiologia	5	1,92
Equipamentos de imagiologia por ecos, ultras-sons e doppler	2	0,77
Aparelhos para tomografia	1	0,38
Oftalmologia	2	0,77
Aparelhos e material para diagnóstico e radiodiagnóstico	2	0,77
Material médico não químico descartável e produtos hematológicos	11	4,21
Aparelhos para assistência respiratória e oxigenoterapia	1	0,38
Aparelhos e instrumentos para blocos operatórios	2	0,77
Material cirúrgico	3	1,15
Material de assistência à função renal	2	0,77
Material de assistência à função cardíaca	3	1,15
Material de assistência ortopédica	16	6,13
Próteses	7	2,68
Unidade de circulação extra corporal	2	0,77
Aparelhos para esterilização, desinfecção e higiene	1	0,38
Mobiliário para fins médicos	1	0,38
Material para transfusão e perfusão	1	0,38
Aparelhos de detecção e análise	2	0,77
Microscópios	2	0,77
Lentes	3	1,15
Mobiliário de laboratório	1	0,38
Mobiliário para quartos de dormir, salas de jantar e salas de estar	1	0,38
Obras de construção de edifícios relacionados com recreio, desporto, cultura, alojamento e restauração	1	0,38
Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação	1	0,38

Categoria de Produto/Serviço/Obra (Cont.)	Número de requisições (Cont.)	Representatividade (%) (Cont.)
Obras de construção de edifícios relacionados com serviços de saúde ou sociais, crematórios e instalações públicas	9	3,45
Estruturas	1	0,38
Construções especializadas excepto obras de cobertura	1	0,38
Instalação de equipamento para aquecimento e de outro equipamento eléctrico em edifícios	1	0,38
Instalação de aquecimento, ventilação e ar condicionado	2	0,77
Serviços de gestão, reparação e manutenção de frota de veículos	1	0,38
Serviços de confecção de refeições	2	0,77
Serviços de fornecimento de refeições (catering) a outras empresas e instituições	1	0,38
Serviços de rede telefónica comercial de circuitos alugados	4	1,53
Serviços de assistência informática	1	0,38
Serviços de consultoria em matéria comercial e de gestão	1	0,38
Serviços de vigilância	6	2,30
Serviços de fotografia	1	0,38
Serviços de segurança pública	2	0,77
Serviços de manutenção de jardins ornamentais e recreativos	1	0,38
Serviços de formação para aperfeiçoamento pessoal	1	0,38
Serviços hospitalares	12	4,60
Serviços prestados pelo pessoal médico	3	1,15
Serviços relacionados com resíduos especiais	2	0,77
Prestação de serviços de segurança e vigilância	1	0,38
TOTAL	261	100,00

Da Tabela 5.3 verifica-se que os produtos mais requisitados pelo Ministério da Saúde, em 2007, foram os “Reagentes e meios de contraste”. Será, portanto, para esta categoria de produtos que se irá aplicar critérios ambientais que promovam uma compra pública ecológica.

Delineação de estratégia para a implementação de compras públicas ecológicas

Com base nos produtos, serviços e/ou obras seleccionados na Tabela 5.2 (Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação) e na Tabela 5.3 (Reagentes e meios de contraste) foram definidos critérios ambientais específicos que promovessem a aquisição de produtos “amigos do ambiente”.

As tabelas seguintes foram concebidas com o objectivo de demonstrar de que forma estes critérios podem constituir uma mais valia na aplicação prática para a implementação de uma compras públicas ecológicas.

Para cada fase de implementação de um processo de um concurso público no âmbito das compras públicas ecológicas são apresentados exemplos práticos que conduzam à aplicabilidade da metodologia. É apresentado o desenvolvimento de um exemplo para um concurso público ecológico dirigido à categoria “Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação” e um segundo exemplo aplicável à categoria “Reagentes e meios de contraste”. A Tabela 5.4 pretende demonstrar de que forma podem ser incluídos critérios ambientais na construção de edifícios destinados à educação ou à investigação recorrendo a especificações técnicas baseadas no desempenho.

Tabela 5.4 – Exemplo de um concurso público ecológico para a “Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação”.

Fases de Implementação	Obras: Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação
Definição do produto/serviço/obra a adquirir	Construção de um edifício escolar energeticamente eficiente.
Elaboração das especificações técnicas a utilizar	Condições climatéricas no edifício devem estar entre os 18-22°C no Inverno e entre os 26-28°C no Verão. A humidade relativa deve encontrar-se na ordem dos 50%.
Definição dos critérios de selecção dos candidatos	Critérios de exclusão: Não podem apresentar-se a concurso as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

Fases de Implementação (Cont.)	Obras: Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação (Cont.)
Definição dos critérios de selecção dos candidatos (Cont.)	<p>Critérios de avaliação da capacidade económica e financeira: Apresentação dos documentos listados no artigo 35º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.</p> <p>Critérios de avaliação da capacidade técnica: Declarações a que se referem as alíneas <i>a)</i>, <i>b)</i>, <i>c)</i> e <i>e)</i> do artigo 36º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.</p>
Definição dos critérios de adjudicação	<p><u>Proposta economicamente mais vantajosa tendo em conta:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Preço - serão atribuídos 60 (em 100) pontos ao preço mais baixo; - Consumo energético estimado no Verão e no Inverno – serão atribuídos 20 (em 100) pontos ao concorrente que revelar os menores consumos energéticos estimados; - Materiais de construção com componentes reciclados – serão atribuídos 20 (em 100) pontos à oferta com a maior percentagem de material reciclado, para as restantes ofertas cada 1% a menos reduz o número de pontos a atribuir em 1%.
Implementação das cláusulas de execução do contrato	A entidade contratada deve assegurar o destino correcto a todo o material utilizado (pela seguinte ordem de preferência: reutilização do material, valorização, reciclagem, recuperação energética e deposição em aterro).

A Tabela 5.5 visa ilustrar a inclusão de critérios ambientais na aquisição de “Reagentes e meios de contraste” recorrendo à utilização de variantes, uma vez que para este produto ainda não são conhecidos dados suficientes acerca do seu ciclo de vida bem como das várias opções existentes no mercado. Esta opção evita que sejam excluídos fornecedores quando continuam a existir dúvidas quanto à existência de alternativas ecológicas aos produtos, serviços ou obras que se pretende contratar, e quanto à sua qualidade e serviço.

Tabela 5.5 - Exemplo de um concurso público ecológico para a aquisição de “Reagentes e Meios de Contraste”.

Fases de Implementação	Produto: Reagentes e Meios de Contraste
Definição do produto/serviço/obra a adquirir	Fornecimento de reagentes de laboratório de reduzido impacte ambiental.
Elaboração das especificações técnicas a utilizar	<p><u>Especificações técnicas da oferta neutra:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Produto deverá estar em conformidade com os Decretos-Lei nºs 306/97, de 11 de Novembro e 189/2000, de 12 de Agosto. <p><u>Especificações técnicas do variante ecológico:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Produto deverá estar em conformidade com os Decretos-Lei nºs 306/97, de 11 de Novembro e 189/2000, de 12 de Agosto. - A empresa deverá ter um Sistema de Gestão Ambiental implementado. - Prova de eliminação, de aceitação da embalagem ou em como a entidade concorrente pertence a um sistema reconhecido de recolha e reciclagem.
Definição dos critérios de selecção dos candidatos	<p>Critérios de exclusão: Não podem apresentar-se a concurso as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.</p> <p>Critérios de avaliação da capacidade económica e financeira: Apresentação dos documentos listados no artigo 35º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.</p> <p>Critérios de avaliação da capacidade técnica: Declarações a que se referem as alíneas a), c), e e) do artigo 36º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.</p>

Fases de Implementação (Cont.)	Produto: Reagentes e Meios de Contraste (Cont.)
Definição dos critérios de adjudicação	<p><u>Proposta economicamente mais vantajosa tendo em conta:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Preço - serão atribuídos 70 (em 100) pontos ao preço mais baixo; - Ficha técnica do produto – serão atribuídos 30 (em 100) pontos ao produto com menor toxicidade, para as restantes ofertas cada 1% a menos reduz o número de pontos a atribuir em 1%.
Implementação das cláusulas de execução do contrato	O produto deverá ser fornecido em apenas uma viagem.

A Tabela 5.4 e a Tabela 5.5 são exemplos da forma como podem ser implementados critérios ambientais nos concursos públicos. Cada tabela pode constituir-se uma ferramenta de apoio à decisão num concurso público ecológico para cada uma das categorias seleccionadas.

6. Discussão dos Resultados

À semelhança do que tem sido feito até ao momento, também a discussão se encontra dividida em duas fases: a Fase I relativa ao ponto de situação das compras públicas ecológicas nos Ministérios da Educação e da Saúde e a Fase II que pretende elaborar uma estratégia de implementação de aquisições ambientalmente orientadas para duas categorias produtos, serviços e/ou obras em particular (Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação e Reagentes e meios de contraste).

FASE I: Caracterização da situação actual

A metodologia adoptada quer para a determinação do desempenho dos Ministérios no combate às alterações climáticas quer para a determinação do ponto de situação das aquisições ambientalmente orientadas em Portugal revelou algumas dificuldades, nomeadamente na participação por parte das entidades em estudo. Ao longo de todo o processo de recolha de informação foi notória a dificuldade no preenchimento do questionário, quer por falta de formação quer por falta de informação, relativamente aos assuntos em questão.

Apesar de todos os esforços levados a cabo por parte dos responsáveis na colaboração com a mestrandia, denotou-se uma óbvia falta de prática na prestação de informações ao exterior tendo o preenchimento dos questionários resultado de uma extrema boa vontade e interesse revelados por parte dos responsáveis contactados. Esta situação confirma o dito por Bouwer *et al.* (2005), quando indica que os questionários têm tendência a ser respondidos por pessoas que à partida já têm um certo interesse no tema. Contudo, não se verificaram a existência de respostas politicamente correctas podendo mesmo apontar-se o exemplo do Ministério da Saúde que não preencheu dado algum relativamente às suas práticas de compras públicas ecológicas. O ponto de contacto no Ministério da Saúde revelou ainda não ter sido possível responder a essa secção não por falta de conhecimentos mas, sim por o Ministério da Saúde não ter recorrido a compras públicas ecológicas no ano de 2006. O que impede que esta seja a tradução da realidade do ponto de contacto no Ministério da Saúde e não a realidade da entidade em estudo é o facto de o questionário ter circulado por vários departamentos do Ministério para efeitos de preenchimento, não sendo, portanto, preenchido por apenas uma pessoa.

A análise das respostas aos questionários leva a crer que tanto as práticas de combate às alterações climáticas quer as práticas de compras públicas ecológicas em Portugal ainda se encontram numa fase inicial. É possível que tal se deva a um conjunto de factores cuja

inexistência contribua para o reduzido nível verificado. Exemplos de tais factores poderão ser a falta de formação na área e a falta de fontes de informação para consulta (e.g. sítios de Internet disponibilizados aos funcionários das entidades públicas) bem como a ausência de uma estrutura hierárquica que promova as aquisições ambientalmente orientadas. A fase de arranque em que se encontra a política nacional e o programa nacional (Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas) é também um factor a considerar quando se analisa o ponto de situação das compras públicas ecológicas em Portugal.

O facto de o Ministério da Educação ter indicado aplicar critérios ambientais aquando da aquisição de produtos de “papel”, “material de impressão e artigos para impressão” e/ou “serviços de impressão, publicação e afins” e da aquisição de “serviços de limpeza” revela que as aquisições ambientalmente orientadas não são totalmente desconhecidas das entidades públicas. Supõe-se que a inexistência de referências a estas aquisições em Diário da República se deva ao facto de o seu valor não ter sido maior ou igual a € 49 880 e como tal não obedecer ao aplicável aos concursos públicos. Este é outro aspecto apontado por Bouwer *et al.* (2005), relativamente à análise dos concursos públicos na medida em que não são conhecidas informações acerca dos produtos solicitados nem quanto aos critérios de selecção aplicados aos contratos cujo valor de aquisição é inferior a € 49 880. É assim importante o cruzamento entre a informação disponibilizada nos questionários e os concursos públicos publicados em Diário da República de forma a que a informação encontrada seja o mais próximo possível da realidade.

FASE II: Metodologia para aquisições públicas ecológicas

A metodologia utilizada na selecção dos produtos e obras para os quais seriam delineados critérios ambientais para a implementação em aquisições ambientalmente orientadas permitiu seleccionar as categorias de produtos, serviços e/ou obras com maior visibilidade e cujo volume fosse de dimensão suficiente para que tivesse impacto no mercado. O facto de serem escolhidos os produtos e obras com um maior número de requisições garante não só a sua relevância no mercado como a sua visibilidade por parte dos funcionários uma vez que este é um produto/obra com os quais lidam com regularidade.

Relativamente à selecção de produtos, serviços e/ou obras tendo em conta a existência de critérios já delineados por outros países/organizações que possam ser adoptados, apenas a “Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação” obedece a esta condição, sendo que não existem critérios delineados e prontos a serem adoptados ao produto “Reagentes e meios de contraste”. Contudo, a ausência de critérios para este produto não o torna menos

apto para a sua inclusão numa estratégia de implementação de aquisições ambientalmente orientadas. Aliás, como Pierrard (2004), indicou o potencial de redução de um produto e/ou serviço é também dependente da quantidade requisitada ao mercado sendo ainda função das entidades públicas contribuírem para tornar o mercado “verde” uma vez que ao requisitar este tipo de produtos incentivam à sua criação (Rüdenauer *et al.* 2007).

O cruzamento dos produtos e obra seleccionados com a Figura 3.1 não deixa de ser curioso. Esta figura ilustra os produtos, serviços e/ou obras com maior potencial de adopção numa estratégia de aquisições ambientalmente orientadas. Tanto a “Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação” como os “Reagentes e meios de contraste” seleccionados por análise dos concursos públicos publicados em 2007 constam da lista de produtos, serviços e/ou obras, reforçando assim o seu potencial de inclusão.

A definição de critérios ambientais a incluir nos concursos públicos das categorias de produtos e obras seleccionadas teve em conta as características específicas de cada uma levando à delineação de uma estratégia a implementar para cada um deles. Assim, para cada uma das fases é possível fazer as seguintes distinções:

Fase 1: Definição do Produto, Serviço e/ou Obra a adquirir

Com o intuito de reforçar, à partida, o interesse da entidade adjudicante em contratar um produto/obra ecológico foi feita uma referência ambiental no título do concurso público. Assim, para a obra “Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação” o título indica “Construção de um edifício escolar energeticamente eficiente” de forma a tornar explícito que se pretende um edifício energeticamente eficiente. Para o produto “Reagentes e meios contraste” o título “Fornecimento de reagentes de laboratório de reduzido impacte ambiental” especifica a vontade de aquisição de produtos cujo impacte ambiental seja o mais reduzido possível. A referência ambiental no título do produto/obra a adjudicar garante ainda uma maior transparência ao longo do processo.

Fase 2: Elaboração das especificações técnicas a utilizar

Na elaboração das especificações técnicas a utilizar a abordagem adoptada foi diferente para cada uma das categorias seleccionadas. Assim, para a “Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação” foi seleccionada a especificação técnica baseada no desempenho. Para o efeito, definiu-se que as condições climáticas no edifício deveriam encontrar-se entre os 18°C e os 22°C no Inverno e entre os 26°C e os 28°C no Verão. Foi ainda estabelecido que a humidade relativa no interior do edifício se deveria encontrar na ordem dos 50%.

A adopção desta especificação técnica deve-se ao facto de não se pretender restringir a criatividade do mercado uma vez que em primeira instância um dos objectivos do Programa Nacional “Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas (2008-2010)” passa pela promoção de novas soluções e aquisições. Esta abordagem permite que o mercado ofereça uma solução ao melhor preço. Desta forma, apresenta-se como a mais adequada à categoria em estudo uma vez que já existem estas soluções no mercado sendo por isso importante promover a relação qualidade-preço, condição satisfeita quando se a este tipo de especificação técnica.

No caso dos “Reagentes e meios de contraste” a abordagem não poderia ser a mesma dadas as dificuldades relacionadas com a ausência de dados relativos ao ciclo de vida deste produto e à inexistência de critérios ambientais que pudessem ser adoptados. Para o efeito, optou-se pelo recurso a variantes aquando da definição das especificações técnicas. Esta abordagem garante que a aquisição do produto é feita mesmo na inexistência de uma alternativa ecológica evitando a realização de um novo concurso público no caso de não existirem alternativas ecológicas ao produto a adquirir. Esta opção permite, portanto, definir as características do produto que se pretende adquirir ao mesmo tempo que se define uma dimensão ambiental à variante, permitindo a abertura a produtos ecológicos. Para o efeito definiu-se que o produto a adquirir deveria estar em conformidade com os Decretos-Lei nº 306/97, de 11 de Novembro e nº 189/2000, de 12 de Agosto. À sua variante ecológica foi indicado que deveria i) ter um Sistema de Gestão Ambiental implementado e, ii) ser feita prova da eliminação, da aceitação da embalagem ou em como a entidade concorrente pertence a um sistema reconhecido de recolha e reciclagem. A inclusão desta dimensão ambiental, não é em si exigente mas é suficiente para enviar um sinal ao mercado em que como se pretendem integrar preocupações ambientais no acto de selecção dos produtos.

Fase 3: Definição dos critérios de selecção dos candidatos

A definição dos critérios de selecção dos candidatos (critérios de exclusão, critérios de avaliação da capacidade económica e financeira e critérios de avaliação da capacidade técnica) obedece à legislação em vigor, o Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Julho. No caso dos critérios de selecção, iguais para ambas as categorias de produtos e obras, estes devem ter em conta o descrito no artigo 33º.

O artigo 35º define quais os documentos a apresentar para comprovar a capacidade económica e financeira da entidade concorrente e é aplicável a ambas as categorias em análise. Relativamente aos critérios de avaliação da capacidade técnica, ambos os concursos exigem a apresentação dos seguintes documentos, definidos no artigo 36º:

- “Lista dos principais bens ou serviços fornecidos nos últimos três anos, respectivos montantes, datas e destinatários, a comprovar por declaração destes ou, na sua falta e tratando-se de destinatários particulares, por simples declaração do concorrente;
- Indicação dos técnicos ou dos órgãos técnicos integrados ou não na empresa e, mais especificamente, daqueles que têm a seu cargo o controlo de qualidade, bem como das habilitações literárias e profissionais desses técnicos, especialmente dos afectos ao fornecimento dos bens ou serviços;
- Descrição dos métodos adoptados pelo concorrente para garantia da qualidade e dos meios de estudo e investigação que utiliza”.

Dadas as diferenciações entre a categoria do produto e da obra em estudo foi ainda pedido para a “Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação” a apresentação da “Descrição do equipamento técnico utilizado pelo concorrente”.

Fase 4: Definição dos critérios de adjudicação

Para ambas as categorias optou-se pela adjudicação do concurso de acordo com a oferta economicamente mais vantajosa. Para a “Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação” foram adoptados como critérios o preço, os consumos energéticos estimados no Verão e no Inverno, e materiais de construção com componentes reciclados de forma a garantir uma relação qualidade-preço suportável pela entidade adjudicante. Para efeitos de ponderação foi atribuída uma pontuação máxima de 60 (em 100) pontos à proposta com o menor preço. Para a experiência na construção definiu-se que seriam atribuídos 20 (em 100) pontos ao concorrente que revelasse os melhores consumos estimados. Quanto aos materiais de construção definiu-se que seriam atribuídos 20 (em 100) pontos à oferta com a maior percentagem de material reciclado.

No caso dos “Reagentes e meios de contraste” e tendo em conta a falta de alternativas conhecidas optou-se por recorrer à informação constante da ficha técnica do produto, promovendo a selecção de produtos com menor toxicidade. Neste caso a ponderação máxima atribuída ao critério preço foi de 70 (em 100) pontos ao preço mais baixo e para a ficha técnica do produto foi dada uma cotação máxima de 30 (em 100) pontos ao produto com menor toxicidade.

Para ambas as categorias o critério com maior relevância recai ao “preço” do produto/obra uma vez que esta é uma realidade que não pode ser ignorada. Actualmente, os órgãos de soberania

encontram-se sob uma forte pressão para o cumprimento de orçamentos e de redução da despesa pública algo que não pode ser ignorado aquando da prática de aquisições ambientalmente orientadas.

Fase 5: Implementação das cláusulas de execução do contrato

A definição da implementação das cláusulas de execução do contrato teve em conta a diferente natureza das categorias em estudo. Assim, para a construção de um edifício energeticamente eficiente definiu-se que a entidade contratada deve assegurar o correcto destino a todo o material utilizado. Para os “reagentes e meios de contraste” a entidade contratada deverá garantir o seu fornecimento numa única viagem.

De uma forma geral pode afirmar-se que as estratégias propostas não são nem exaustivas nem demasiado exigentes a nível ambiental. Contudo, esta foi uma opção consciente tomada como reflexo do ponto de situação em que se encontram as compras públicas ecológicas em Portugal. Ora, sendo esta uma nova realidade com que o mercado nacional se irá deparar, é importante que os primeiros concursos públicos a incluir critérios ambientais sejam capazes de promover a criatividade do mercado e o desenvolvimento de novos produtos e serviços. O interesse não é, de todo, a definição de critérios ambientais a incluir numa estratégia de aquisições ambientalmente orientadas que não se enquadre na realidade e portuguesa, e que, como tal, não seja possível adjudicar o concurso a uma entidade.

7. Conclusões

A reflexão sobre a pesquisa efectuada em termos de políticas ambientais direccionadas ao combate das alterações climáticas por parte do Sector Público, demonstra que na sua maioria estas passam pela definição de planos e quadros legais que impliquem a acção por parte de outras entidades. A definição de políticas internas a serem implementadas por parte da administração pública e o respectivo estabelecimento de objectivos de aumento de eficiência energética e/ou de redução de emissões de GEE ainda se encontra numa fase muito embrionária.

Os Ministérios da Educação e da Saúde, os dois organismos analisados neste estudo, revelaram também que o ponto de situação das aquisições ambientalmente orientadas em Portugal se encontra numa fase muito inicial. O Ministério da Saúde revelou não ter feito nenhuma aquisições ambientalmente orientadas no ano de 2006. O Ministério da Educação indicou ter procedido a este tipo de aquisições para as categorias de “papel”, “material de impressão e artigos para impressão” e/ou “serviços de impressão, publicação e afins” e da aquisição de “serviços de limpeza”.

Espera-se que esta situação evolua a partir do momento em que entre em vigor a “Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2008-2010”, uma vez que esta estabelece dois objectivos concretos a atingir em 2010: 1) 50% dos procedimentos pré-contratuais públicos para a aquisição de produtos ou serviços contemplados na Estratégia incluam critérios ambientais; e 2) 50% do valor dos contratos públicos de aquisição de produtos e serviços contemplados na Estratégia, cujos procedimentos pré-contratuais incluam critérios ambientais.

Neste trabalho foi desenvolvida uma metodologia prática para a implementação de compras públicas ecológicas, um “guia” com um desenvolvimento faseado para a aquisição de produtos, serviços e/ou obras públicas, com o objectivo de orientar de uma forma eficaz e funcional o processo de compra, reduzindo o consumo de tempo e recursos no processo de selecção de fornecedores. Permite ainda orientar os intervenientes (e.g., fornecedores) para os requisitos, ainda em fase de concurso.

Esta metodologia, constituída por 5 fases, pretende ser um exemplo prático de como estas deverão ser abordadas pela entidade contratante. Assim, na primeira fase, definição do produto, serviço ou obra a adquirir, é feita uma descrição do produto, serviço ou obra a adjudicar associado ao requisito ambiental. Esta referência tem como objectivo conferir um maior grau de transparência ao mercado. A segunda fase, relativa à elaboração das especificações técnicas,

visa apresentar o concurso ao mercado de forma a que as empresas possam decidir se este é do seu interesse. As especificações técnicas adoptadas servem o propósito de estabelecer um conjunto de requisitos mínimos quantificáveis que permitam uma avaliação objectiva dos candidatos.

A definição dos critérios de selecção dos candidatos, terceira fase, obedece, ao regulamentado pelo Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho e têm como objectivo garantir que as empresas concorrentes têm a capacidade de executar o contrato a que se candidatam. Na quarta fase, definição dos critérios de adjudicação, as entidades contratantes procedem à avaliação das ofertas e comparam os preços. Para ambos os casos definiu-se que a comparação das propostas seria feita com base na oferta economicamente mais vantajosa, de forma a que, a par do preço, também os aspectos ambientais e a capacidade técnica fossem tidos em conta aquando da avaliação das propostas.

A implementação das cláusulas de execução do contrato, quinta fase, especificam a forma como este deve ser executado. Nesta fase também são incorporadas exigências ambientais de forma a reforçar a intenção de aquisição de um serviço ambientalmente orientado.

Após a entrada em vigor da estratégia nacional de compras ecológicas, sugere-se um levantamento relativamente às dificuldades com que as entidades públicas se depararam aquando da implementação. Esta informação é de vital importância para a identificação e remoção dos obstáculos mais sentidos pelas entidades adjudicantes bem como uma monitorização face aos objectivos propostos.

No que diz respeito à metodologia desenvolvida neste trabalho para a inclusão de critérios ambientais na “Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação” e à aquisição de “Reagentes e meios de contraste” sugere-se a realização de uma primeira abordagem ao mercado com base nos critérios propostos sob a forma de um projecto-piloto. Esta abordagem teria como objectivos avaliar a receptividade do mercado bem como a adequação dos critérios ambientais propostos. É da maior importância testar este tipo de abordagens antes de se proceder à sua inclusão definitiva num programa nacional de compras públicas ecológicas. Na realidade, qualquer um dos intervenientes (e.g., fornecedores) não detêm a informação necessária para corresponder às aquisições de produtos, serviços e/ou obras em conformidade com a estratégia nacional de compras públicas ecológicas.

É ainda de referir que ao longo da realização deste estudo foram feitos diversos contactos à Agência Portuguesa do Ambiente com o intuito de cimentar o trabalho aqui elaborado solicitando

a consulta de um estudo realizado por esta agência de forma a analisar os resultados obtidos e a não duplicar trabalho. Porém, foi comunicado à autora do estudo que o relatório só poderia ser analisado após o arranque definitivo da Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas (2008-2010). Dados os prazos de entrega, não foi possível aguardar pelos resultados deste relatório tendo o presente estudo sido realizado sem a consulta deste trabalho.

Em conclusão, a implementação da metodologia para aquisições públicas ecológicas constitui uma ferramenta útil de apoio à decisão. O comprar ecológico ao ser assumido e incorporado na administração pública/contratação pública será um passo importante rumo à concretização da política ambiental e de sustentabilidade, em concordância com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, o Plano de Acção Nacional de Eficiência Energética e os compromissos do Protocolo de Quioto. Ao permitir poupanças em termos de materiais e energia e redução de custos associados à produção de resíduos e de emissões torna-se um incentivo de gestão económica revelado na redução da despesa pública e promotor de comportamentos semelhantes na gestão empresarial.

O exemplo positivo que as compras públicas podem oferecer à sociedade civil pode simultaneamente assumir o papel de indutor de comportamentos ambientalmente mais eficientes por parte do sector privado promovendo os “mercados verdes”, disseminando as boas práticas ambientais e orientando o mercado para um desempenho ambiental ecoeficiente.

8. Referências Bibliográficas

Blauer-Engel (2006), *Der Blaue Engel*, <http://www.blauer-engel.de>, (11 de Junho de 2007).

Bouwer, M.; Jonk, M.; Berman, T.; Bersani, R.; Lusser, H.; Nappa, V.; Nissinen, A.; Patrikka, K.; Szuppinger, P.; Viganò, C. (2005), *Green Public Procurement in Europe in 2005 – Status Overview*, Virage Milieu & Management, Holanda.

Bouwer, M.; Jonk, M.; Berman, T.; Bersani, R.; Lusser, H.; Nappa, V.; Nissinen, A.; Patrikka, K.; Szuppinger, P.; Viganò, C. (2006), *Green Public Procurement in Europe in 2006 – Conclusions and recommendations*, Virage Milieu & Management, Holanda.

Carbon Disclosure Project, *Carbon Disclosure Project*, <http://www.cdproject.net/>, (7 de Junho de 2007).

Clement, S.; Defranceschi, P.; Hidson, M.; Ochoa, A.; Querol, A.; Müller, R.; Staller, H.; Chatzimpiros, A.; Skoula, I.; Isaac, H.; Immendörfer, A.; Bergeret, D.; Villari, F.; Milardi, M.; Marti, M.; Puig, J.; Armanini, B.; Mazzà, L.; Arvanitakis, S.; Herbertsson, C.; Hjelm, P.; Hultman J. (2004), *The Procura+ Manual - A Guide to Cost-Effective Sustainable Public Procurement*, ICLEI – Local Governments for Sustainability, European Secretariat, Alemanha.

Comissão Europeia (2002), *The European Eco-label catalogue*, <http://www.eco-label.com>, (11 de Junho de 2007).

Comissão Europeia (2003), Regulamento (CE) N.º 2151/2003 da Comissão de 16 de Dezembro de 2003 que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), *Jornal Oficial L329* de 17.12.2003.

Comissão Europeia (2004), *A report on the functioning of public procurement markets in the EU: benefits from the application of EU directives and challenges for the future*, Comissão Europeia.

Comissão Europeia (2005), *Comprar ecológico! – Manual de contratos públicos ecológicos*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.

Commission of the European Communities (2003), *Communication from the Commission to the Council and the European Parliament - Integrated Product Policy Building on Environmental Life-Cycle Thinking*, COM(2003) 302 final.

Conselho Europeu (2001), Conclusões da Presidência – Conselho Europeu de Göteborg 15 e 16 de Junho de 2001, SN 200/1/01 REV 1.

Conselho Europeu (2006), Conclusões da Presidência – Conselho Europeu de Bruxelas 23/24 de Março de 2006, 7775/06.

Conselho Europeu (2007), *Conselho da União Europeia*, <http://ue.eu.int/pressData/en/ec/00200-r1.en1.pdf>, (2 de Maio de 2007).

Deni Greene Consulting Services, Australian Consumers Association and National Key Centre for Design, RMIT, for the Department of the Environment, Sport and Territories (1996), *More with less, Initiatives to promote sustainable consumption*, Department of the Environment, Sport and Territories, Austrália.

Diário da República, 2.ª série—N.º 1—2 de Janeiro de 2007, pp 61-63.

Diário da República, 2.ª série—N.º 2—3 de Janeiro de 2007, pp. 156-157.

Diário da República, 2.ª série—N.º 4—5 de Janeiro de 2007, pp. 373-375.

Diário da República, 2.ª série—N.º 5—8 de Janeiro de 2007, pp. 486-492.

Diário da República, 2.ª série—N.º 7—10 de Janeiro de 2007, pp. 842-843.

Diário da República, 2.ª série—N.º 8—11 de Janeiro de 2007, pp. 945.

Diário da República, 2.ª série—N.º 9—12 de Janeiro de 2007, pp. 1081.

Diário da República, 2.ª série—N.º 11—16 de Janeiro de 2007, pp. 1286-1288.

Diário da República, 2.ª série—N.º 12—17 de Janeiro de 2007, pp. 1400-1405.

Diário da República, 2.ª série—N.º 13—18 de Janeiro de 2007, pp. 1563-1567.

Diário da República, 2.ª série—N.º 14—19 de Janeiro de 2007, pp. 1688-1694.

Diário da República, 2.ª série—N.º 15—22 de Janeiro de 2007, pp. 1799-1800.

Diário da República, 2.ª série—N.º 19—26 de Janeiro de 2007, pp. 2287-2289.

Diário da República, 2.ª série—N.º 20—29 de Janeiro de 2007, pp. 2475-2477.

Diário da República, 2.ª série—N.º 22—31 de Janeiro de 2007, pp. 2699-2702.

Diário da República, 2.ª série—N.º 23—1 de Fevereiro de 2007, pp. 2843-2844.

Diário da República, 2.ª série—N.º 24—2 de Fevereiro de 2007, pp. 2959-2961.

Diário da República, 2.ª série—N.º 25—5 de Fevereiro de 2007, pp. 2084-2085.

Diário da República, 2.ª série—N.º 26—6 de Fevereiro de 2007, pp. 3256.

Diário da República, 2.ª série—N.º 27—7 de Fevereiro de 2007, pp. 3378-3383.

Diário da República, 2.ª série—N.º 28—8 de Fevereiro de 2007, pp. 3485-3487.

Diário da República, 2.ª série—N.º 30—12 de Fevereiro de 2007, pp. 3748-3752.

Diário da República, 2.ª série—N.º 31—13 de Fevereiro de 2007, pp. 3865-3871.

Diário da República, 2.ª série—N.º 32—14 de Fevereiro de 2007, pp. 4059-4060.

Diário da República, 2.ª série—N.º 33—15 de Fevereiro de 2007, pp. 4162-4163.

Diário da República, 2.ª série—N.º 34—16 de Fevereiro de 2007, pp. 4294-4295.

Diário da República, 2.ª série—N.º 35—19 de Fevereiro de 2007, pp. 4381-4382.

Diário da República, 2.ª série—N.º 36—20 de Fevereiro de 2007, pp. 4485-4490.

Diário da República, 2.ª série—N.º 37—21 de Fevereiro de 2007, pp. 4588-4589.

Diário da República, 2.ª série—N.º 39—23 de Fevereiro de 2007, pp. 4845-4850.

Diário da República, 2.ª série—N.º 40—26 de Fevereiro de 2007, pp. 5063-5066.

Diário da República, 2.ª série—N.º 42—28 de Fevereiro de 2007, pp. 5454-5456.

Diário da República, 2.ª série—N.º 45—5 de Março de 2007, pp. 5919-5925.

Diário da República, 2.ª série—N.º 46—6 de Março de 2007, pp. 6077-6080.

Diário da República, 2.ª série—N.º 48—8 de Março de 2007, pp. 6285-6291.

Diário da República, 2.ª série—N.º 49—9 de Março de 2007, pp. 6459-6463.

Diário da República, 2.ª série—N.º 50—12 de Março de 2007, pp. 6667-6670.

Diário da República, 2.ª série—N.º 51—13 de Março de 2007, pp. 6879-6880.

Diário da República, 2.ª série—N.º 53—15 de Março de 2007, pp. 7219-7220.

Diário da República, 2.ª série—N.º 56—20 de Março de 2007, pp. 7573-7574.

Diário da República, 2.ª série—N.º 57—21 de Março de 2007, pp. 7688-7690.

Diário da República, 2.ª série—N.º 58—22 de Março de 2007, pp. 7803-7804.

Diário da República, 2.ª série—N.º 63—29 de Março de 2007, pp. 8419-8420.

Diário da República, 2.ª série—N.º 64—30 de Março de 2007, pp. 8580-8584.

Diário da República, 2.ª série—N.º 66—3 de Abril de 2007, pp. 8801-8802.

Diário da República, 2.ª série—N.º 67—4 de Abril de 2007, pp. 8887-8890.

Diário da República, 2.ª série—N.º 69—9 de Abril de 2007, pp. 9023-9025.

Diário da República, 2.ª série—N.º 70—10 de Abril de 2007, pp. 9173-9178.

Diário da República, 2.ª série—N.º 71—11 de Abril de 2007, pp. 9329-9332.

Diário da República, 2.ª série—N.º 73—13 de Abril de 2007, pp. 9709.

Diário da República, 2.ª série—N.º 74—16 de Abril de 2007, pp. 9811-9813.

Diário da República, 2.ª série—N.º 75—17 de Abril de 2007, pp. 9946-9949.

Diário da República, 2.ª série—N.º 76—18 de Abril de 2007, pp. 10106-10107.

Diário da República, 2.ª série—N.º 77—19 de Abril de 2007, pp. 10262-10267.

Diário da República, 2.ª série—N.º 79—23 de Abril de 2007, pp. 10602-10605.

Diário da República, 2.ª série—N.º 80—24 de Abril de 2007, pp. 10756-10757.

Diário da República, 2.ª série—N.º 84—2 de Maio de 2007, pp. 11398-11401.

Diário da República, 2.ª série—N.º 85—3 de Maio de 2007, pp. 11565-11566.

Diário da República, 2.ª série—N.º 88—8 de Maio de 2007, pp. 12017.

Diário da República, 2.ª série—N.º 89—9 de Maio de 2007, pp. 12202-12204.

Diário da República, 2.ª série—N.º 91—11 de Maio de 2007, pp. 12489.

Diário da República, 2.ª série—N.º 92—14 de Maio de 2007, pp. 12633-12636.

Diário da República, 2.ª série—N.º 94—16 de Maio de 2007, pp. 13063-13065.

Diário da República, 2.ª série—N.º 95—17 de Maio de 2007, pp. 13215-13216.

Diário da República, 2.ª série—N.º 96—18 de Maio de 2007, pp. 13420-13421.

Diário da República, 2.ª série—N.º 97—21 de Maio de 2007, pp. 13578-13579.

Diário da República, 2.ª série—N.º 98—22 de Maio de 2007, pp. 13682-13685.

Diário da República, 2.ª série—N.º 101—25 de Maio de 2007, pp. 14232-14233.

Diário da República, 2.ª série—N.º 103—29 de Maio de 2007, pp. 14436-14437.

Diário da República, 2.ª série—N.º 104—30 de Maio de 2007, pp. 14688-14689.

Diário da República, 2.ª série—N.º 105—31 de Maio de 2007, pp. 14838-14839.

Diário da República, 2.ª série—N.º 108—5 de Junho de 2007, pp. 15597-15598.

Diário da República, 2.ª série—N.º 109—6 de Junho de 2007, pp. 15798-15800.

Diário da República, 2.ª série—N.º 110—8 de Junho de 2007, pp. 16037-16042.

Diário da República, 2.ª série—N.º 111—11 de Junho de 2007, pp. 16272-16278.

Diário da República, 2.ª série—N.º 112—12 de Junho de 2007, pp. 16421-16424.

Diário da República, 2.ª série—N.º 113—14 de Junho de 2007, pp. 16570-16573.

Diário da República, 2.ª série—N.º 116—19 de Junho de 2007, pp. 17056-17058.

Diário da República, 2.ª série—N.º 118—21 de Junho de 2007, pp. 17594-17595.

Diário da República, 2.ª série—N.º 119—22 de Junho de 2007, pp. 17692-17693.

Diário da República, 2.ª série—N.º 120—25 de Junho de 2007, pp. 17856-17857.

Diário da República, 2.ª série—N.º 123—28 de Junho de 2007, pp. 18442-18449.

Diário da República, 2.ª série—N.º 124—29 de Junho de 2007, pp. 18619-18620.

Diário da República, 2.ª série—N.º 125—2 de Julho de 2007, pp. 18740-18741.

Diário da República, 2.ª série—N.º 126—3 de Julho de 2007, pp. 18855-18857.

Diário da República, 2.ª série—N.º 127—4 de Julho de 2007, pp. 19123-19124.

Diário da República, 2.ª série—N.º 128—5 de Julho de 2007, pp. 19281-19282.

Diário da República, 2.ª série—N.º 131—10 de Julho de 2007, pp. 19698-19699.

Diário da República, 2.ª série—N.º 133—12 de Julho de 2007, pp. 20045-20046.

Diário da República, 2.ª série—N.º 134—13 de Julho de 2007, pp. 20142.

Diário da República, 2.ª série—N.º 135—16 de Julho de 2007, pp. 20222-20223.

Diário da República, 2.ª série—N.º 137—18 de Julho de 2007, pp. 20478.

Diário da República, 2.ª série—N.º 138—19 de Julho de 2007, pp. 20634-20635.

Diário da República, 2.ª série—N.º 141—24 de Julho de 2007, pp. 20980-20982.

Diário da República, 2.ª série—N.º 143—26 de Julho de 2007, pp. 21254-21257.

Diário da República, 2.ª série—N.º 144—27 de Julho de 2007, pp. 21386-21388.

Diário da República, 2.ª série—N.º 145—30 de Julho de 2007, pp. 21540-21541.

Diário da República, 2.ª série—N.º 146—31 de Julho de 2007, pp. 21687-21688.

Diário da República, 2.ª série—N.º 147—1 de Agosto de 2007, pp. 21861-21862.

Diário da República, 2.ª série—N.º 148—2 de Agosto de 2007, pp. 22059-22061.

Diário da República, 2.ª série—N.º 151—7 de Agosto de 2007, pp. 22479-22481.

Diário da República, 2.ª série—N.º 153—9 de Agosto de 2007, pp. 22743-22744.

Diário da República, 2.ª série—N.º 154 — 10 de Agosto de 2007, pp. 22968(3) – 22968(4).

Diário da República, 2.ª série—N.º 155—13 de Agosto de 2007, pp. 23124-23127.

Diário da República, 2.ª série—N.º 156—14 de Agosto de 2007, pp. 23289-23292.

Diário da República, 2.ª série—N.º 157—16 de Agosto de 2007, pp. 23505-23506.

Diário da República, 2.ª série—N.º 158—17 de Agosto de 2007, pp. 23733-23743.

Diário da República, 2.ª série—N.º 159—20 de Agosto de 2007, pp. 23867-23871.

Diário da República, 2.ª série—N.º 161—22 de Agosto de 2007, pp. 24132-24135.

Diário da República, 2.ª série—N.º 162—23 de Agosto de 2007, pp. 24368.

Diário da República, 2.ª série—N.º 165—28 de Agosto de 2007, pp. 24842-24843.

Diário da República, 2.ª série—N.º 166—29 de Agosto de 2007, pp. 24994-24997.

Diário da República, 2.ª série—N.º 168—31 de Agosto de 2007, pp. 25351.

Diário da República, 2.ª série—N.º 171—5 de Setembro de 2007, pp. 25805-25806.

Diário da República, 2.ª série—N.º 174 — 10 de Setembro de 2007, pp. 26 332-(2).

Diário da República, 2.ª série—N.º 177—13 de Setembro de 2007, pp. 26830-26831.

Diário da República, 2.ª série—N.º 178—14 de Setembro de 2007, pp. 27023- 27024.

Diário da República, 2.ª série—N.º 180—18 de Setembro de 2007, pp. 27324-27327.

Diário da República, 2.ª série—N.º 181—19 de Setembro de 2007, pp. 27480-27481.

Diário da República, 2.ª série—N.º 182—20 de Setembro de 2007, pp. 27764-27766.

Diário da República, 2.ª série—N.º 183—21 de Setembro de 2007, pp. 27860-27864.

Diário da República, 2.ª série—N.º 184—24 de Setembro de 200, pp. 27978-27979.

Diário da República, 2.ª série—N.º 186—26 de Setembro de 2007, pp. 28243.

Diário da República, 2.ª série—N.º 187—27 de Setembro de 2007, pp. 28337-28338.

Diário da República, 2.ª série—N.º 188—28 de Setembro de 2007, pp. 28463 – 28466.

Diário da República, 2.ª série—N.º 189—1 de Outubro de 2007, pp. 28578-28582.

Diário da República, 2.ª série—N.º 191—3 de Outubro de 2007, pp. 28841-28844.

Diário da República, 2.ª série—N.º 192—4 de Outubro de 2007, pp. 28945-28950.

Diário da República, 2.ª série—N.º 193—8 de Outubro de 2007, pp. 29088-29093.

Diário da República, 2.ª série—N.º 194—9 de Outubro de 2007, pp. 29210-29211.

Diário da República, 2.ª série—N.º 195—10 de Outubro de 2007, pp. 29333-29334.

Diário da República, 2.ª série—N.º 196—11 de Outubro de 2007, pp. 29453-29454.

Diário da República, 2.ª série—N.º 197—12 de Outubro de 2007, pp. 29578-29580.

Diário da República, 2.ª série—N.º 198—15 de Outubro de 2007, pp. 29764-29770.

Diário da República, 2.ª série—N.º 199—16 de Outubro de 2007, pp. 29932-29934.

Diário da República, 2.ª série—N.º 201—18 de Outubro de 2007, pp. 30157-30160.

Diário da República, 2.ª série—N.º 202—19 de Outubro de 2007, pp. 30335-30342.

Diário da República, 2.ª série—N.º 203—22 de Outubro de 2007, pp. 30508-30511.

Diário da República, 2.ª série—N.º 204—23 de Outubro de 2007, pp. 30668-30673.

Diário da República, 2.ª série—N.º 205—24 de Outubro de 2007, pp. 30784-30795.

Diário da República, 2.ª série—N.º 206—25 de Outubro de 2007, pp. 30940-30942.

Diário da República, 2.ª série—N.º 207—26 de Outubro de 2007, pp. 31071-31072.

Diário da República, 2.ª série—N.º 208—29 de Outubro de 2007, pp. 31238-31241.

Diário da República, 2.ª série—N.º 209—30 de Outubro de 2007, pp. 31390-31397.

Diário da República, 2.ª série—N.º 210—31 de Outubro de 2007, pp. 31556-31560.

Diário da República, 2.ª série—N.º 211—2 de Novembro de 2007, pp. 31883.

Diário da República, 2.ª série—N.º 212—5 de Novembro de 2007, pp. 30062.

Diário da República, 2.ª série—N.º 213—6 de Novembro de 2007, pp. 32199-32202.

Diário da República, 2.ª série—N.º 214—7 de Novembro de 2007, pp. 32347-32353.

Diário da República, 2.ª série—N.º 215—8 de Novembro de 2007, pp. 32507-32510.

Diário da República, 2.ª série—N.º 216—9 de Novembro de 2007, pp. 33676-32681.

Diário da República, 2.ª série—N.º 217—12 de Novembro de 2007, pp. 32785-32787.

Diário da República, 2.ª série—N.º 219—14 de Novembro de 2007, pp. 33093-33095.

Diário da República, 2.ª série—N.º 220—15 de Novembro de 2007, pp. 33258-33260.

Diário da República, 2.ª série—N.º 221—16 de Novembro de 2007, pp. 33464-33468.

Diário da República, 2.ª série—N.º 222—19 de Novembro de 2007, pp. 33563-33569.

Diário da República, 2.ª série—N.º 223—20 de Novembro de 2007, pp. 33666-33674.

Diário da República, 2.ª série—N.º 224—21 de Novembro de 2007, pp. 33783-33786.

Diário da República, 2.ª série—N.º 225—22 de Novembro de 2007, pp. 33902-33906.

Diário da República, 2.ª série—N.º 226—23 de Novembro de 2007, pp. 34091-34093.

Diário da República, 2.ª série—N.º 227—26 de Novembro de 2007, pp. 34190-34193.

Diário da República, 2.ª série—N.º 228—27 de Novembro de 2007, pp. 34265-34267.

Diário da República, 2.ª série—N.º 229—28 de Novembro de 2007, pp. 34333-34335.

Diário da República, 2.ª série—N.º 230—29 de Novembro de 2007, pp. 34370-34371.

Diário da República, 2.ª série—N.º 231—30 de Novembro de 2007, pp. 34442-34446.

Diário da República, 2.ª série—N.º 232—3 de Dezembro de 2007, pp. 34524.

Diário da República, 2.ª série—N.º 233 — 4 de Dezembro de 2007, pp. 34641-34644.

Diário da República, 2.ª série—N.º 235 — 6 de Dezembro de 2007, pp. 35088-35089.

Diário da República, 2.ª série—N.º 237 — 10 de Dezembro de 2007, pp. 35622-35623.

Diário da República, 2.ª série—N.º 238 — 11 de Dezembro de 2007, pp. 35745-35746.

Diário da República, 2.ª série—N.º 239 — 12 de Dezembro de 2007, pp. 35845-35846.

Diário da República, 2.ª série—N.º 240 — 13 de Dezembro de 2007, pp. 36036-36038.

Diário da República, 2.ª série—N.º 242 — 17 de Dezembro de 2007, pp. 36311-36312.

Diário da República, 2.ª série—N.º 243 — 18 de Dezembro de 2007, pp. 36487-36492.

Diário da República, 2.ª série—N.º 244 — 19 de Dezembro de 2007, pp. 36742-36743.

Diário da República, 2.ª série—N.º 245 — 20 de Dezembro de 2007, pp. 36915-36916.

Diário da República, 2.ª série—N.º 246 — 21 de Dezembro de 2007, pp. 37192-37196.

Diário da República, 2.ª série—N.º 247 — 24 de Dezembro de 2007, pp. 37345-37346.

Diário da República, 2.ª série—N.º 249 — 27 de Dezembro de 2007, pp. 37832-37833.

Diário da República, 2.ª série—N.º 250 — 28 de Dezembro de 2007, pp. 38090-38091.

Diário da República, 2.ª série—N.º 251 — 31 de Dezembro de 2007, pp. 38287-38289.

Direcção-Geral da Administração Pública (2006), *Caracterização dos Recursos Humanos da Administração Pública*, in: *Base de Dados Recursos Humanos Administração Pública*, Setembro de 2006, Ministério das Finanças e da Administração Pública.

GPN (2004-2006), *Green Purchasing Network*, <http://www.gpn.jp>, (8 de Junho de 2007).

GRIP Centre – Norwegian centre for sustainable production and consumption (1997), *GRIP Purchasing*, GRIP Centre, Noruega.

ICLEI Europe (2007), *Procura+ Sustainable Procurement Campaign*, <http://www.iclei-europe.org/index.php?id=519>, (9 de Junho de 2007).

ICLEI (2003-2006), *ICLEI – Local Governments for Sustainability*, <http://www.iclei-europe.org/index.php?id=1778>, (6 de Junho de 2007).

IGPN (2006), *International Green Purchasing Network*, <http://www.igpn.org>, (8 de Junho de 2007).

Kunzlik, P. (2003), *International Procurement Regimes and the Scope for the Inclusion of Environmental Factors in Public Procurement*, *OECD Journal on Budgeting*, Volume 3 – No. 4, pp 107-152.

Marron, D. (2003), *Greener Public Purchasing as an Environmental Policy Instrument*, *OECD Journal on Budgeting*, Volume 3 – No. 4, pp 71-105.

Ministério das Finanças e da Administração Pública (2007), *Orçamentos de Estado*, <http://www.dgo.pt/OE/index.htm>, (2 de Maio de 2007).

Ochoa, A.; Erdmenger, C. (2003), *Study contract to survey the state of play of green public procurement in the European Union - Final Report*, ICLEI European Secretariat, Alemanha.

OECD (2007), *Improving the Environmental Performance of Public Procurement: Report on the Implementation of the Council Recommendation*, ENV/EPOC/WPNEP(2006)6/FINAL.

Parlamento Europeu e do Conselho (2002), Decisão nº 1600/2002/CE, *Jornal Oficial* L 242 de 10.09.2002.

Pierrard, R. (2004), *The European Relief Potential of Green Public Procurement – Methodology and Results*, in: *Governance for Industrial Transformation. Proceedings of the 2003 Berlin Conference on the Human Dimensions of Global Environmental Change*, Berlim 5-6 de Dezembro, Environmental Policy Research Centre, pp. 502-516.

Público (2007), *Público Online*, <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1305325&idCanal>, (1 de Outubro de 2007).

Rüdenauer, I.; Dross, M.; Eberle, U.; Gensch, C.; Graulich, K.; Hünecke, K.; Koch, Y.; Möller, M.; Quack, D.; Seebach, D.; Zimmer, W.; Hidson, M.; Defranceschi, P.; Tepper, P. (2007), *Costs and Benefits of Green Public Procurement in Europe – Part 1: Comparison of the Life Cycle Costs of Green and Non Green Products*, Öko-Institut e.V., Alemanha.

Rüdenauer, I.; Dross, M.; Eberle, U.; Gensch, C.; Graulich, K.; Hünecke, K.; Koch, Y.; Möller, M.; Quack, D.; Seebach, D.; Zimmer, W.; Hidson, M.; Defranceschi, P.; Tepper, P. (2007), *Costs and Benefits of Green Public Procurement in Europe – Part 2: Additional Costs for Individual Purchasing Authorities of Buying Green Products (Administrative and Product Costs)*, Öko-Institut e.V., Alemanha.

Rüdenauer, I.; Dross, M.; Eberle, U.; Gensch, C.; Graulich, K.; Hünecke, K.; Koch, Y.; Möller, M.; Quack, D.; Seebach, D.; Zimmer, W.; Hidson, M.; Defranceschi, P.; Tepper, P. (2007), *Costs and Benefits of Green Public Procurement in Europe – Part 3: The Potential of GPP for the Spreading of New/Recently Developed Environmental Technologies – Case Studies*, Öko-Institut e.V., Alemanha.

Rüdenauer, I.; Dross, M.; Eberle, U.; Gensch, C.; Graulich, K.; Hünecke, K.; Koch, Y.; Möller, M.; Quack, D.; Seebach, D.; Zimmer, W.; Hidson, M.; Defranceschi, P.; Tepper, P. (2007), *Costs and Benefits of Green Public Procurement in Europe – General Recommendations*, Öko-Institut e.V., Alemanha.

Salim, E. (1994), The challenge of sustainable consumption as seen from the South, in: *Symposium “Sustainable Consumption”*, 19-20 Janeiro, Oslo, Noruega, pp. 33-38.

Stern, N. (2007), *The Economics of Climate Change – The Stern Review*, Cambridge University Press, Cambridge, pp 377-402.

Trindade, P.; Duarte, A.P.; Fernandes, A.; Vivas, P.; Ezequiel, D. (2006), *Inovar nas Compras Públicas: Aquisições Ambientalmente Orientadas*, Câmara Municipal de Torres Vedras, Torres Vedras.

União Europeia (2007), *Comissão Europeia*, http://ec.europa.eu/environment/gpp/eu_policy_framework_en.htm, (2 de Maio de 2007).

União Europeia (2007), *Comissão Europeia*, http://ec.europa.eu/environment/gpp/glossary_en.htm, (2 de Maio de 2007).

União Europeia (2007), *O Portal da União Europeia*, <http://europa.eu/scadplus/leg/en/lvb/l25078.htm>, (6 de Junho de 2007).

União Europeia (2007), *O Portal da União Europeia*, <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/a15000.htm#a15003>, (2 de Maio de 2007).

União Europeia (2007), *O Portal da União Europeia*, <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l28027.htm>, (2 de Maio de 2007).

União Europeia (2007), *O Portal da União Europeia*, <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/s50000.htm>, (2 de Maio de 2007).

União Europeia (2007), *Conselho da União Europeia*,
<http://register.consilium.europa.eu/pdf/en/06/st10/st10117.en06.pdf>, (6 de Junho de 2007).

União Europeia (2007), *SIMAP – Informações sobre os contratos públicos Europeus*,
<http://simap.europa.eu/>, (8 de Junho de 2007).

ANEXOS

ANEXO I – Questionário Enviado pelo Ministério da Educação

Tabela A. 1 – Questionário Preenchido pelo Ministério da Educação.

A. Ministérios: Práticas de gestão e questões ambientais
<u>I. Informação Genérica</u>
I.1. Organograma do Ministério
Vd. Anexo III
I.2. Verificar o número de funcionários do ministério
3.151 Funcionários (Serviços centrais e regionais)
I.3. Verificar a existência de alguém dentro do Ministério responsável por seguir as questões relacionadas com as alterações climáticas e eficiência energética no sentido de implementar práticas de gestão dentro da sua instituição.
Não Responde
<u>II. Gestão do Ministério e as suas Preocupações Ambientais</u>
II.1. Verificar a existência de objectivos ambientais relacionados com as alterações climáticas / eficiência energética.
Está em curso um procedimento de aquisição de electricidade para os Serviços Centrais e Regionais, bem como para as escolas, em que é requerida ao concorrentes a prestação de serviços no domínio da eficiência energética (v.g. auditorias energéticas).
II.1a. Verificar a existência de metodologias adoptadas para atingir objectivos ambientais (como por exemplo formação ambiental dos funcionários, concursos de eficiência energética, etc.)
Não Responde
II.2. Verificar se o Ministério recorre tem implementado um sistema de reciclagem de resíduos (papel / embalagens / tinteiros / outros).
Não Responde
II.3. Verificar se o Ministério recorre a medidas de eficiência energética e/ou se tem políticas de uso racional de energia.
Vd. II.1
II.4. Verificar se o Ministério recorre a investimentos em energias renováveis como fonte de energia / climatização de edifícios.
Não Responde
II.5. Verificar qual o procedimento adoptado quando um dos trabalhadores deixa de utilizar uma peça de equipamento de escritório.
Não Responde
<u>III. Caracterização da Frota Automóvel do Ministério</u>
III.1. Verificar a composição da frota de veículos (tipo, modelo e número).
Vd. Anexo III
III.2. Averiguar a idade média da frota.
A idade média da frota é de 12 anos.
III.3. Verificar qual o tipo de combustível utilizado (indicar o número de veículos para cada tipo de combustível).
. Gasolina – 70
. Diesel – 67
. Gás natural

<ul style="list-style-type: none"> . Biodiesel . Hidrogénio . Outros. Quais?
III.4. Qual a quantidade média de CO ₂ emitido por quilometro por cada tipo de veiculo da frota (CO ₂ g/km)?
Não Responde
III.5. Existem objectivos de redução de emissões de CO ₂ para a frota de veículos? Se sim, quais?
Não Responde
<u>IV. Elaboração de Inventários de Emissões de GEE</u>
IV.1. Verificar se o Ministério elabora um Inventário das Emissões de GEE. Analisar os níveis de divulgação dos resultados do inventário.
Não Responde
IV.2. Verificar a metodologia utilizada para a elaboração do Inventário de Emissões de GEE.
Não Responde
IV.3. Apurar quais os GEE inventariados.
Não Responde
IV.4. Analisar fontes directas e indirectas de GEE consideradas.
Não Responde
IV.5. Qual a data que considerada para referenciar as emissões de GEE.
Não Responde
IV.6. Averiguar se está definido um objectivo de redução de emissões de GEE.
Não Responde
B. Práticas de Compras Públicas Ecológicas
<u>V. Critérios ambientais aquando da selecção do produto serviço</u>
V.1. Verificar a existência de critérios ambientais para a selecção de um determinado produto/serviço face a outros, utilizando como base os seguintes exemplos: <ul style="list-style-type: none"> . Rótulos ecológicos – SIM . Utilização de fontes renováveis . Modos de transporte amigos do ambiente . Utilização de materiais reciclados – SIM . Utilização de produtos energeticamente eficientes . Outros. Quais?
V.2. Verificar a existência de especificações técnicas a nível ambiental quando o Ministério solicita um determinado produto/serviço. (Como por exemplo o estabelecimento de que o consumo de electricidade de um equipamento de limpeza não deve ultrapassar os 3kw/h)
Não Responde
<u>VI. Critérios ambientais em determinados grupos de produtos</u>
VI.1. O Ministério adquiriu, em 2006, algum produto ou serviço de “Papel”, “Material impresso e artigos para impressão” e/ou “Serviços de impressão, publicação e afins” (Classificação CPV 2100, 2200, 7800)? Se sim, qual a quantidade?
Foi realizado em 2005/06 um Procedimento por Negociação sem Aviso Prévio para o Estabelecimento de Condições de Fornecimento de Bens da Categoria de Papel para o

Ministério da Educação para um valor previsto de consumo na ordem dos 118.706,00€ .
<p>VI.1a. Que critérios foram utilizados na compra dos produtos referidos?</p> <ul style="list-style-type: none"> . Preocupações com a aquisição de papel reciclado – X . Preocupações com a aquisição de papel não branqueado com cloro . Preocupações com a aquisição de papel certificado (ex.: FSC) . Outros. Quais? <p>O Centro de Aprovisionamento Integrado do Ministério da Educação teve o cuidado de incluir o papel reciclado na negociação de papel referida no ponto anterior, e actualmente este encontra-se disponível no catálogo electrónico do ME a preços competitivos.</p>
<p>VI.2. O Ministério adquiriu, em 2006, algum produto ou serviço relacionado com “Veículo a motor”, “Equipamento de transporte” ou Serviços de transportes terrestres, por vias navegáveis e/ou aéreas (Classificação CPV 3400, 3500, 6000, 6100, 6200)? Se sim, qual a quantidade?</p> <p>Não Responde</p>
<p>VI.2a. Que critérios foram utilizados na compra dos produtos supra mencionados?</p> <ul style="list-style-type: none"> . Veículos movidos a biodiesel . Veículos movidos a gás natural . Veículos cujas emissões obedecem às normas Euro V . Outros. Quais? <p>Não Responde</p>
<p>VI.3. O Ministério adquiriu, em 2006, algum produto ou serviço relacionado com Máquinas, equipamento e material de escritório e de informática (Classificação CPV 3000)? Se sim, qual a quantidade?</p> <p>Foram realizados em 2006 três leilões telemáticos ao abrigo dos contratos públicos de aprovisionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maio - foram licitados 116 computadores portáteis • Junho - foram licitados 22391 computadores portáteis, 1096 projectores de vídeo e 1096 pontos de acesso Wi-fi; • Julho - foram licitados 50 computadores de secretária e 31 monitores
<p>VI.3ª. Que critérios foram utilizados na compra dos produtos mencionados?</p> <ul style="list-style-type: none"> . Requisitos que têm em conta a eficiência energética . Requisitos que têm em conta o tipo de embalagem para o transporte . Requisitos que têm em conta a deposição do material, reutilização e reciclagem . Outros. Quais? <p>Não Responde</p>
<p>VI.4. O Ministério adquiriu, em 2006, algum produto ou serviço relacionado com “Máquinas, equipamento, instrumentos, aparelhos e produtos relacionados” e/ou “Máquinas, aparelhos, equipamento e produtos de consumo eléctricos” (Classificação CPV 2900, 3100)? Se sim, qual a quantidade?</p> <p>Não Responde</p>
<p>VI.4ª. Que critérios foram utilizados na compra dos produtos referidos?</p> <ul style="list-style-type: none"> . Requisitos que têm em conta a eficiência energética . Requisitos que têm em conta o tipo de embalagem para o transporte . Requisitos que têm em conta a deposição do material, reutilização e reciclagem . Outros. Quais? <p>Não Responde</p>

<p>VI.5. O Ministério adquiriu, em 2006, algum produto ou serviço relacionado com “Serviços de limpeza” (Classificação CPV 7470)? Se sim, qual a quantidade?</p>
<p>Foi realizado em 2006/07 um Procedimento por Negociação sem Aviso Prévio para o Estabelecimento de Condições de Fornecimento de Bens da Categoria de Higiene e Limpeza para o Ministério da Educação para um valor previsto de consumo na ordem dos 227.590,00€ (valor obtido através de um inquérito efectuado pelo CAPI a 66 estabelecimentos de ensino da rede pública, repostados ao ano de 2006)</p>
<p>VI.5a. Que critérios foram utilizados na compra dos produtos supra mencionados?</p> <ul style="list-style-type: none"> . Critérios que incluem o consumo energético dos aparelhos de limpeza . Critérios que têm em conta a toxicidade do material de limpeza utilizado SIM . Outros. Quais?
<p>O Centro de Aprovisionamento Integrado do Ministério da Educação teve o cuidado de requerer que todos os bens apresentados estivessem de acordo com a legislação europeia existente para esta categoria e como já foi referido no ponto anterior teve em conta a toxicidade dos produtos na fase da avaliação.</p>
<p>VII. Questões relacionadas com a política ambiental e ferramentas de informação</p>
<p>VII.1. Se os aspectos ambientais são tidos em conta aquando da aquisição dos produtos, serviços e/ou obras pretendidos onde consultam os responsáveis por esta tarefa a informação necessária ao estabelecimento dos critérios ambientais?</p> <ul style="list-style-type: none"> . Directrizes dos rótulos ecológicos – SIM . Informação disponível na Internet – SIM . Directrizes nacionais – SIM . Manual “Comprar ecológico! – Manual de contratos públicos ecológicos” . Directrizes próprias do Ministério . Produtores / Fornecedores . Empresas de Consultadoria . Cooperação com outras organizações . Workshops / Seminários relacionados com compras públicas ecológicas – SIM . Outros. Quais?
<p>VII.2. Existe, no Ministério, uma política de compras que considera aspectos ambientais no acto da aquisição? Se sim que aspectos se encontram incluídos?</p> <ul style="list-style-type: none"> . Existe uma política de compras que inclui aspectos ambientais X . Existem objectivos ambientais para as funções de compra (<i>purchasing function</i>) . Outros. Quais?

ANEXO II – Questionário Enviado pelo Ministério da Saúde

Tabela A. 2 - Questionário Preenchido pelo Ministério da Saúde.

A. Ministérios: Práticas de gestão e questões ambientais
<u>I. Informação Genérica</u>
I.1. Organograma do Ministério
Lei Orgânica aprovada pelo Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro.
I.2. Verificar o número de funcionários do ministério
240
I.3. Verificar a existência de alguém dentro do Ministério responsável por seguir as questões relacionadas com as alterações climáticas e eficiência energética no sentido de implementar práticas de gestão dentro da sua instituição.
Não Responde
<u>II. Gestão do Ministério e as suas Preocupações Ambientais</u>
II.1. Verificar a existência de objectivos ambientais relacionados com as alterações climáticas / eficiência energética.
<p>Existe o projecto de saúde ambiental desenvolvido a partir da Direcção-Geral da Saúde com as seguintes atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientar tecnicamente as actividades de prevenção, promoção da qualidade dos factores ambientais, no âmbito dos estabelecimentos de Saúde; • Colaborar na programação e divulgação de estratégias que visem combater a poluição das águas superficiais e subterrâneas destinadas ao consumo humano; • Propor e divulgar programas nacionais de vigilância sanitária, de sistemas de águas residuais e de zonas balneares e de recreio; • Propor a adopção das técnicas adequadas à gestão de resíduos sólidos industriais, urbanos e do tipo hospitalar, informar os pedidos de licenciamento de tais actividades e fiscalizar o seu funcionamento; • Propor regras técnicas e de intervenção nas áreas da higiene e segurança da habitação e das condições de salubridade, higiene e segurança das hospedarias, restaurantes e similares e de empreendimentos turísticos; • Propor regras técnicas e de intervenção em matéria de vigilância e redução dos riscos ligados aos resíduos perigosos; • Propor regras técnicas e de intervenção em matéria de vigilância da actividade termal, qualificação das águas minerais e de nascentes, vigilância das características bacteriológicas e químicas das águas consumíveis.
II.1a. Verificar a existência de metodologias adoptadas para atingir objectivos ambientais (como por exemplo formação ambiental dos funcionários, concursos de eficiência energética, etc.)
<p>Existem vários programas a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia Água e Saúde - Estratégia Ambiente e Saúde; - Processo Ambiente e Saúde; - Desenvolvimento Sustentável; - Habitação e Saúde; - Projecto APHEIS - Projecto ENHIS; - Projecto ICREW;

- Projecto EMF
II.2. Verificar se o Ministério recorre tem implementado um sistema de reciclagem de resíduos (papel / embalagens / tinteiros / outros).
Tratamento de resíduos sólidos hospitalares e reciclagem de papel embalagens e consumíveis informáticos.
II.3. Verificar se o Ministério recorre a medidas de eficiência energética e/ou se tem políticas de uso racional de energia.
Não Responde
II.4. Verificar se o Ministério recorre a investimentos em energias renováveis como fonte de energia / climatização de edifícios.
Não Responde
II.5. Verificar qual o procedimento adoptado quando um dos trabalhadores deixa de utilizar uma peça de equipamento de escritório.
-Se o equipamento ainda pode ser utilizado , é feita a doação a entidades de interesse publico sem fins lucrativos; -Se o equipamento está de todo inutilizado então é processado o abate do mesmo seguindo os princípios de recolha e tratamento dos equipamentos.
<u>III. Caracterização da Frota Automóvel do Ministério</u>
III.1. Verificar a composição da frota de veículos (tipo, modelo e número).
A frota é composta por 26 viaturas, todas ligeiros de passageiros modelos de 4 e 5 portas. Nota: Os dados são referentes aos seguintes organismos: - Gabinetes Ministeriais; - Alto Comissariado da Saúde; - Autoridade para os Serviços de Sangue e Transplantação; - Secretaria-Geral da Saúde.
III.2. Averiguar a idade média da frota.
7 Anos
III.3. Verificar qual o tipo de combustível utilizado (indicar o número de veículos para cada tipo de combustível).
. Gasolina – 12 viaturas . Diesel – 14 viaturas . Gás natural . Biodiesel . Hidrogénio . Outros. Quais?
III.4. Qual a quantidade média de CO ₂ emitido por quilometro por cada tipo de veiculo da frota (CO ₂ g/km)?
Não Responde
III.5. Existem objectivos de redução de emissões de CO ₂ para a frota de veículos? Se sim, quais?
Não Responde
<u>IV. Elaboração de Inventários de Emissões de GEE</u>
IV.1. Verificar se o Ministério elabora um Inventário das Emissões de GEE. Analisar os níveis de divulgação dos resultados do inventário.

Não Responde
IV.2. Verificar a metodologia utilizada para a elaboração do Inventário de Emissões de GEE.
Não Responde
IV.3. Apurar quais os GEE inventariados.
Não Responde
IV.4. Analisar fontes directas e indirectas de GEE consideradas.
Não Responde
IV.5. Qual a data que considerada para referenciar as emissões de GEE.
Não Responde
IV.6. Averiguar se está definido um objectivo de redução de emissões de GEE.
Não Responde
B. Práticas de Compras Públicas Ecológicas
<u>V. Critérios ambientais aquando da selecção do produto serviço</u>
V.1. Verificar a existência de critérios ambientais para a selecção de um determinado produto/serviço face a outros, utilizando como base os seguintes exemplos: <ul style="list-style-type: none"> . Rótulos ecológicos . Utilização de fontes renováveis . Modos de transporte amigos do ambiente . Utilização de materiais reciclados . Utilização de produtos energeticamente eficientes . Outros. Quais?
Não Responde
V.2. Verificar a existência de especificações técnicas a nível ambiental quando o Ministério solicita um determinado produto/serviço. (Como por exemplo o estabelecimento de que o consumo de electricidade de um equipamento de limpeza não deve ultrapassar os 3kw/h)
Não Responde
<u>VI. Critérios ambientais em determinados grupos de produtos</u>
VI.1. O Ministério adquiriu, em 2006, algum produto ou serviço de “Papel”, “Material impresso e artigos para impressão” e/ou “Serviços de impressão, publicação e afins” (Classificação CPV 2100, 2200, 7800)? Se sim, qual a quantidade?
Não Responde
VI.1a. Que critérios foram utilizados na compra dos produtos referidos? <ul style="list-style-type: none"> . Preocupações com a aquisição de papel reciclado . Preocupações com a aquisição de papel não branqueado com cloro . Preocupações com a aquisição de papel certificado (ex.: FSC) . Outros. Quais?
Não Responde
VI.2. O Ministério adquiriu, em 2006, algum produto ou serviço relacionado com “Veículo a motor”, “Equipamento de transporte” ou Serviços de transportes terrestres, por vias navegáveis e/ou aéreas (Classificação CPV 3400, 3500, 6000, 6100, 6200)? Se sim, qual a quantidade?
Não Responde
VI.2a. Que critérios foram utilizados na compra dos produtos supra mencionados?

<ul style="list-style-type: none"> . Veículos movidos a biodiesel . Veículos movidos a gás natural . Veículos cujas emissões obedecem às normas Euro V . Outros. Quais?
Não Responde
VI.3. O Ministério adquiriu, em 2006, algum produto ou serviço relacionado com Máquinas, equipamento e material de escritório e de informática (Classificação CPV 3000)? Se sim, qual a quantidade?
Não Responde
VI.3a. Que critérios foram utilizados na compra dos produtos mencionados? <ul style="list-style-type: none"> . Requisitos que têm em conta a eficiência energética . Requisitos que têm em conta o tipo de embalagem para o transporte . Requisitos que têm em conta a deposição do material, reutilização e reciclagem . Outros. Quais?
Não Responde
VI.4. O Ministério adquiriu, em 2006, algum produto ou serviço relacionado com “Máquinas, equipamento, instrumentos, aparelhos e produtos relacionados” e/ou “Máquinas, aparelhos, equipamento e produtos de consumo eléctricos” (Classificação CPV 2900, 3100)? Se sim, qual a quantidade?
Não Responde
VI.4a. Que critérios foram utilizados na compra dos produtos referidos? <ul style="list-style-type: none"> . Requisitos que têm em conta a eficiência energética . Requisitos que têm em conta o tipo de embalagem para o transporte . Requisitos que têm em conta a deposição do material, reutilização e reciclagem . Outros. Quais?
Não Responde
VI.5. O Ministério adquiriu, em 2006, algum produto ou serviço relacionado com “Serviços de limpeza” (Classificação CPV 7470)? Se sim, qual a quantidade?
Não Responde
VI.5a. Que critérios foram utilizados na compra dos produtos supra mencionados? <ul style="list-style-type: none"> . Critérios que incluem o consumo energético dos aparelhos de limpeza . Critérios que têm em conta a toxicidade do material de limpeza utilizado . Outros. Quais?
Não Responde
<u>VII. Questões relacionadas com a política ambiental e ferramentas de informação</u>
VII.1. Se os aspectos ambientais são tidos em conta aquando da aquisição dos produtos, serviços e/ou obras pretendidos onde consultam os responsáveis por esta tarefa a informação necessária ao estabelecimento dos critérios ambientais? <ul style="list-style-type: none"> . Directrizes dos rótulos ecológicos . Informação disponível na Internet . Directrizes nacionais . Manual “Comprar ecológico! – Manual de contratos públicos ecológicos” . Directrizes próprias do Ministério . Produtores / Fornecedores

- . Empresas de Consultadoria
- . Cooperação com outras organizações
- . Workshops / Seminários relacionados com compras públicas ecológicas
- . Outros. Quais?

Não Responde

VII.2. Existe, no Ministério, uma política de compras que considera aspectos ambientais no acto da aquisição? Se sim que aspectos se encontram incluídos?

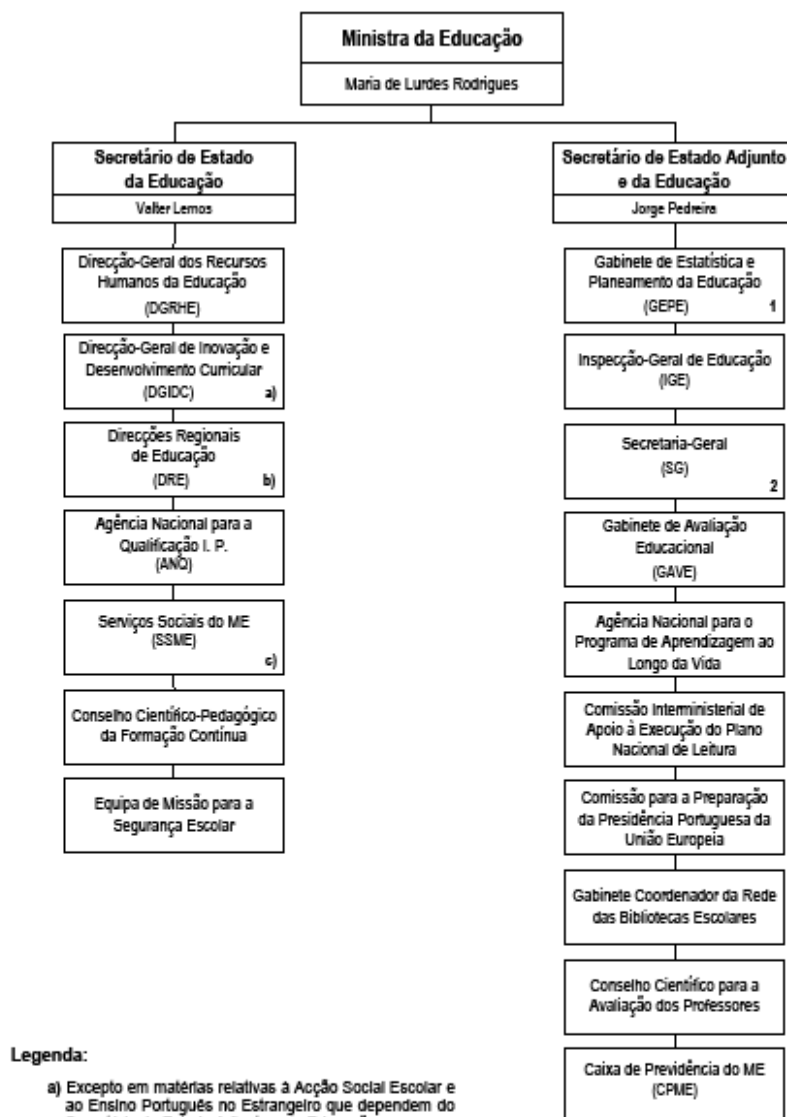
- . Existe uma política de compras que inclui aspectos ambientais
- . Existem objectivos ambientais para as funções de compra (*purchasing function*)
- . Outros. Quais?

Não Responde

ANEXO III – Informação Adicional enviada pelo Ministério da Educação

Organograma

Delegação de Competências da Ministra da Educação nos Secretários de Estado,
relativas aos Serviços e Organismos do ME



Legenda:

- a) Excepto em matérias relativas à Acção Social Escolar e ao Ensino Português no Estrangeiro que dependem do Secretário de Estado Adjunto e da Educação;
- b) Excepto os Processos Disciplinares relativos a pessoal docente e não docente das escolas que dependem do Secretário de Estado Adjunto e da Educação;
- c) Até ao termo do processo previsto no Decreto-Lei n.º 213/2006 de 27 de Outubro.
- 1. Excepto em matérias relativas à Rede Escolar que dependem do Secretário de Estado da Educação;
- 2. Excepto em matérias relativas aos Recursos Humanos que dependem do Secretário de Estado e da Educação.

Fonte: Despachos [n.º 17403/2007](#) e [n.º 17313/2007](#)

10/08/2007

Figura A. 1 – Organograma do Ministério da Educação (Informação adicional para a questão I.1 do questionário).

Tabela A. 3 - Caracterização de frota automóvel (Informação adicional para a questão III.1 do questionário).

MARCA	MODELO	Nº DE VIATURAS
BMW	530	1
BMW	5/D5	2
BMW	520 i	4
BMW	S/D	1
Citroen	C-5	1
Citroen	Saxo	2
Citroen	Xantia	1
Fiat	Marea	1
Fiat	Punto	5
Fiat	Uno	2
Ford	Courrier	1
Ford	Fiesta	2
Ford	Focus	1
Ford	Mondeo	2
Honda	Concerto	1
Hyundai	Accent	2
Mercedes	190 E	1
Mercedes	E-220 CDI	1
Mercedes	E-290 TD	1
Mercedes	240 Td	1
Mercedes	308	1
Mercedes	312	1
Nissan	Almera	1
Nissan	Primera	2
Nissan	Sunny Van	1
Opel	Corsa	9
Peugeot	306	6
Peugeot	309	1
Peugeot	406	17
Peugeot	505	1
Peugeot	Partner	1
Renault	19	2
Renault	21	1
Renault	Cangoo	3
Renault	Clio	8
Renault	Express	3
Renault	Laguna	10
Renault	Megane	15
Renault	Trafic	1
Rover	414 GSI	2
Rover	600	1
Seat	Ibiza CLX	2
Toyota	Hiace	2
Volkswagen	Bora	1
Volkswagen	Golf	4
Volkswagen	Passat	6
Volvo		2
	Total	137

ANEXO IV – Produtos, Serviços e Empreitadas requisitadas pelo Ministério da Educação em 2007

Tabela A. 4 – Produtos, Serviços e Empreitadas requisitados pelo Ministério da Educação em 2007.

Data	Ministério	Tipo de Contrato	Classificação CPV	Descrição/Objecto do Concurso	Categoria de produtos	
02-Ago	Educação	Serviços	15894210	Fornecimento de refeições confeccionadas e servidas nos estabelecimentos de ensino distribuídos por vários grupos de escolas, constantes no anexo A do programa de concurso, em conformidade com o estipulado no caderno de encargos e seus anexos, os quais constam no processo do concurso.	Produtos alimentares transformados	
07-Ago	Educação	Serviços	15894210	Fornecimento de refeições nos refeitórios das escolas de um ou mais grupos, constantes no mapa anexo ao programa de concurso.		
					Total	2
31-Dez	Educação	Fornecimentos	32351100	O objecto do contrato abrange: a) Fornecimento, instalação, manutenção e suporte de um sistema electrónico de segurança para as escolas públicas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico público e ensino secundário em Portugal continental; e b) Serviços de segurança e monitorização remota, tal como definidos no caderno de encargos.	Acessórios para equipamento de som e imagem	
					Total	1
29-Mar	Educação	Fornecimentos	36153000	Fornecimento de material/equipamento didáctico para Escolas Secundárias Marques Castilho, Albergaria-a-Velha e Avelar Brotero.	Equipamento pedagógico	
09-Mar	Educação	Fornecimentos	36153100	Fornecimento de material/equipamento didáctico para as Escolas Secundária com 3.º Ciclo de Modelos e Básica Integrada de Albergaria-a-Velha.		

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
10-Jul	Educação	Fornecimentos	36153100	Concurso para o fornecimento de equipamento para escolas dos ensinos básico e secundário com cursos profissionais, segundo a tipologia, os lotes e as quantidades indicadas em anexo ao programa de concurso e de acordo com as restantes peças do caderno de encargos que constam do processo de concurso.	Equipamento pedagógico (Cont.)	
					Total	3
02-Fev	Educação	Obras	45211500	Construção civil instalação eléctrica e mecânica para a remodelação da cozinha e balneário da Escola EB 23 Marquesa de Alorna.	Construção de edifícios de vários fogos e de moradias independentes	
25-Mai	Educação	Obras	45211531	Empreitada de ampliação das instalações com a construção de um bloco de aulas incluindo arranjos de espaços exteriores para a Escola Es/3 Padre Benjamim Salgado — Joane (Vila Nova de Famalicão).		
22-Nov	Educação	Obras	45211531	Empreitada de ampliação das instalações com a construção de um bloco de aulas A3A 121-E, incluindo arranjos dos espaços exteriores para a ES/3 Valpaços — concelho de Valpaços — distrito de Vila Real.		
					Total	3

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)
30-Mar	Educação	Obras	45214000	Construção civil, instalações eléctricas e arranjos exteriores da Escola EB 2,3 D. Manuel I, em Tavira.	Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação
10-Abr	Educação	Obras	45214000	Construção civil e instalações eléctricas na ampliação do módulo MR-01, remodelação e conservação de espaços da Escola EB 2,3 João da Rosa, Olhão.	
22-Mai	Educação	Obras	45214000	Construção civil, instalações eléctricas, pavilhão desportivo e arranjos exteriores da Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Albufeira.	
28-Jun	Educação	Obras	45214200	Empreitada de construção civil, instalação eléctrica interior, campo de jogos, arranjos exteriores, redes exteriores, aquecimento central, para a ampliação da Escola Secundária com 3.º Ciclo Frei Rosa Viterbo, freguesia e concelho de Sátão, distrito de Viseu.	
28-Jun	Educação	Obras	45214200	Empreitada de construção civil, instalação eléctrica interior, campo de jogos, arranjos exteriores, redes exteriores, aquecimento central, para a ampliação da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos Marquês de Pombal, freguesia e concelho de Pombal, distrito de Leiria.	

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
29-Ago	Educação	Obras	45214200	Empreitada de construção civil, instalação eléctrica interior, arranjos exteriores, redes exteriores e aquecimento central, para ampliação do Agrupamento de Escolas de Penacova, freguesia e concelho de Penacova, distrito de Coimbra.	Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação (Cont.)	
01-Out	Educação	Obras	45214200	Empreitada de construção civil, instalação eléctrica interior, campo de jogos, arranjos exteriores, redes exteriores, aquecimento central e pavilhão gimnodesportivo da Escola Básica do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos de 24 turmas da Lousã, freguesia de Vilarinho, concelho da Lousã, distrito de Coimbra.		
					Total	7
22-Mar	Educação	Serviços	55511000	Fornecimento de refeições de acordo com o estipulado no caderno de encargos, nos refeitórios dos Serviços Sociais do Ministério da Educação, até 31 de Dezembro de 2007.	Serviços de cantinas e outros serviços de cafetaria de clientela restrita	
					Total	1
28-Jun	Educação	Serviços	55523100	Concurso público n.º 1/DREC-ASE/2007, para adjudicação do serviço de fornecimento de refeições em refeitórios escolares.	Serviços de fornecimento de refeições (catering) a outras empresas e instituições	
27-Jul	Educação	Serviços	55523100	Fornecimento de refeições em refeitórios escolares.		

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
31-Jul	Educação	Serviços	55523100	Fornecimento de refeições compostas por almoço e lanche em refeitórios dos CEPs (Centros de Educação para a Infância) conforme especificações técnicas do caderno de encargos.	Serviços de fornecimento de refeições (catering) a outras empresas e instituições (Cont.)	
20-Nov	Educação	Serviços	55523100	Fornecimento de refeições em Centros de Educação e Protecção para a Infância.		
					Total	4
22-Nov	Educação	Serviços	55524000	Fornecimento de refeições transportadas (catering).	Serviços de fornecimento de refeições (catering) a escolas	
					Total	1
30-Nov	Educação	Serviços	60122000	Serviços de transporte para o ano 2008 para materiais gráficos e outros.	Serviços de transporte rodoviário de mercadorias	
					Total	1

ANEXO V – Produtos, Serviços e Obras requisitadas pelo Ministério da Saúde em 2007

Tabela A. 5 - Produtos, Serviços e Obras requisitados pelo Ministério da Saúde em 2007.

Data	Ministério	Tipo de Contrato	Classificação CPV	Descrição/Objecto do Concurso	Categoria de produtos	
30-Out	Saúde	Fornecimentos	3183100	Fornecimento de implantes para cirurgia da coluna.	Implantes ortopédicos	
					Total	1
19-Out	Saúde	Fornecimentos	3314112	Fornecimento de sutura mecânica.	Material médico não químico descartável e produtos hematológicos	
					Total	1
12-Out	Saúde	Serviços	15894220	Prestação de serviços de alimentação a doentes e pessoal do Hospital de Curry Cabral, durante o ano de 2008.	Produtos alimentares transformados	
30-Nov	Saúde	Fornecimentos	15894220	Fornecimento de serviços de alimentação.		
					Total	2
17-Ago	Saúde	Fornecimentos	21221300	Fornecimento de toalhas de mão de papel.	Papel higiénico, lenços, toalhas de mão e guardanapos	
					Total	1
16-Mai	Saúde	Fornecimentos	21222220	Material de empacotamento de dispositivos médicos.	Artigos de papel para uso sanitário ou hospitalar	
					Total	1
07-Nov	Saúde	Fornecimentos	23122000	Fornecimento de 3700 t de thick fuelóleo n.º 4 BTE e transporte.	Fuelóleos	
					Total	1

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
14-Fev	Saúde	Fornecimentos	24111100	Gases medicinais.	Gases industriais	
01-Fev	Saúde	Fornecimentos	24111140	Gases medicinais.		
26-Fev	Saúde	Fornecimentos	24111140	Fornecimento de gases comprimidos durante o ano 2007.		
16-Abr	Saúde	Fornecimentos	24111140	Fornecimento de gases medicinais, aluguer de garrafas, aluguer de evaporador de oxigénio líquido e manutenção da rede de gases medicinais.		
23-Out	Saúde	Fornecimentos	24111140	Gases medicinais.		
23-Nov	Saúde	Fornecimentos	24111140	Gases medicinais em tubo e oxigénio medicinal líquido evaporador.		
					Total	6
17-Abr	Saúde	Fornecimentos	24416000	Medicamentos antiviricos.	Vitaminas	
17-Abr	Saúde	Fornecimentos	24416000	Interferons peguillados para hepatite C.		
23-Abr	Saúde	Fornecimentos	24416000	Fármacos para tratamento da esclerose múltipla.		
					Total	3
23-Abr	Saúde	Fornecimentos	24417000	Nutrição entérica e parentérica.	Soluções medicinais	
					Total	1
19-Jan	Saúde	Fornecimentos	24421100	Reagentes para serologia infecciosa, febril e auto-imunidade.	Medicamentos para o sangue e para os órgãos hematopoiéticos	
19-Jan	Saúde	Fornecimentos	24421100	Reagentes para hematologia e coagulação.		
19-Jan	Saúde	Fornecimentos	24421100	Reagentes para gasimetria.		
26-Jan	Saúde	Fornecimentos	24421100	Reagentes para diagnóstico molecular.		
07-Fev	Saúde	Fornecimentos	24421100	Reagentes de proteínas específicas e electroforese capilar.		

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)
05-Mar	Saúde	Fornecimentos	24421100	Reagentes para química clínica.	Medicamentos para o sangue e para os órgãos hematopoiéticos (Cont.)
05-Mar	Saúde	Fornecimentos	24421100	Reagentes para endocrinologia e marcadores tumorais.	
09-Mar	Saúde	Fornecimentos	24421100	Contrastes radiológicos.	
23-Abr	Saúde	Fornecimentos	24421100	Reagentes de serologia transfusional.	
08-Mai	Saúde	Fornecimentos	24421100	Reagentes para hemogramas e sistema coloração de lâminas com colocação de equipamento e consumíveis.	
09-Mai	Saúde	Fornecimentos	24421100	Reagentes para endocrinologia, hepatites, marcadores tumorais e outros com colocação de equipamento e consumíveis.	
09-Mai	Saúde	Fornecimentos	24421100	Reagentes para bioquímica geral com colocação de equipamento e consumíveis.	
09-Mai	Saúde	Fornecimentos	24421100	Reagentes para congénitas, proteínas específicas, marcadores víricos e fertilidade com colocação de equipamento e consumíveis.	
09-Nov	Saúde	Fornecimentos	24421100	Aquisição de reagentes necessários à execução de análises na área de imuno-hematologia (serologia eritrocitária e serologia plaquetária), incluindo o fornecimento de equipamento, assistência técnica, material de consumo específico e informatização do Serviço de Imuno-Hemoterapia, durante o ano de 2008.	
09-Nov	Saúde	Fornecimentos	24421140	Aquisição de reagentes necessários à execução de análises na área de virologia, incluindo o fornecimento de equipamento, consumíveis e suporte informático ao Serviço de Patologia Clínica, durante o ano de 2008.	

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
19-Abr	Saúde	Fornecimentos	24421160	Aquisição de reagentes necessários à execução de análises de proteínas envolvidas no estudo de gamopatias monoclonais, incluindo o fornecimento de equipamento automático, assistência técnica, material de consumo específico do Laboratório de Imunologia do Hospital de Curry Cabral, durante o ano 2007.	Medicamentos para o sangue e para os órgãos hematopoiéticos (Cont.)	
19-Abr	Saúde	Fornecimentos	24421160	Aquisição de reagentes necessários à execução de análises de proteínas por nefelometria, incluindo o fornecimento de equipamento automático e aberto, assistência técnica, material de consumo específico do Laboratório de Imunologia do Hospital de Curry Cabral, durante o ano 2007.		
					Total	17
08-Mar	Saúde	Fornecimentos	24451400	Fornecimento de ribavirina 200 mg cápsulas.	Anti-infecciosos gerais de uso sistémico	
					Total	1
20-Fev	Saúde	Fornecimentos	24492100	Soluções de diálise peritoneal.	Soluções medicinais	
08-Mar	Saúde	Fornecimentos	24492200	Fornecimento de nutrição artificial entérica e parentérica.		
04-Dez	Saúde	Fornecimentos	24492200	Nutrição parentérica — veia central/veia periférica.		
08-Jan	Saúde	Fornecimentos	24492600	Fornecimento de produtos farmacêuticos — reagentes aos laboratórios de biologia molecular dos CRS de Lisboa, Coimbra e Porto, durante o ano de 2007.		
08-Mar	Saúde	Fornecimentos	24492800	Fornecimento de soluções para diálise.		
16-Out	Saúde	Fornecimentos	24492800	Diálise peritoneal automática.		

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
18-Out	Saúde	Fornecimentos	24492800	Diálise peritoneal manual.	Soluções medicinais (Cont.)	
Total						7
18-Jan	Saúde	Fornecimentos	24494000	Meios complementares de diagnóstico, patologia clínica.	Meios de diagnóstico	
22-Jan	Saúde	Fornecimentos	24494000	Fornecimento de soros pré-diluídos e reagentes para exames de anatomopatologia com colocação de equipamento.		
08-Mar	Saúde	Fornecimentos	24494000	Fornecimento de meios de diagnóstico não radiológico.		
20-Set	Saúde	Fornecimentos	24494000	Meios diagnóstico rápido.		
07-Nov	Saúde	Fornecimentos	24494000	Aquisição de testes rápidos de despiste de drogas na urina, testes da saliva e testes de gravidez, frascos de plástico para transporte de metadona, pipetas para todas Unidades do IDT e ANF.		
Total						5
19-Dez	Saúde	Fornecimentos	24496000	Reagentes para hemogramas e sistema de coloração de lâminas com colocação de equipamento e consumíveis.	Reagentes e meios de contraste	
08-Jan	Saúde	Fornecimentos	24496200	Fornecimento de produtos farmacêuticos — reagentes aos laboratórios de biologia molecular dos CRS de Lisboa, Coimbra e Porto, durante o ano de 2007.		
08-Jan	Saúde	Fornecimentos	24496200	Fornecimento de produtos farmacêuticos — reagentes aos laboratórios de biologia molecular dos CRS de Lisboa, Coimbra e Porto, durante o ano de 2007.		
08-Jan	Saúde	Fornecimentos	24496200	Fornecimento de produtos farmacêuticos — reagentes aos laboratórios de biologia molecular dos CRS de Lisboa, Coimbra e Porto, durante o ano de 2007.		
30-Mar	Saúde	Fornecimentos	24496200	Fornecimento de reagentes para biologia molecular do vírus da hepatite B e Reagentes para pesquisa HTLV/II e sífilis.		

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)
17-Ago	Saúde	Fornecimentos	24496200	Fornecimento de reagentes para diagnóstico laboratorial da hepatite C.	Reagentes e meios de contraste (Cont.)
17-Ago	Saúde	Fornecimentos	24496200	Fornecimento de reagentes para diagnóstico laboratorial da Hepatite B.	
17-Ago	Saúde	Fornecimentos	24496200	Fornecimento de reagentes para determinação de AG e AC eritrocitários por técnica em gel.	
17-Ago	Saúde	Fornecimentos	24496200	Fornecimento de reagentes para pesquisa de AG e AC plaquetários e determinação a hemoglobina.	
17-Ago	Saúde	Fornecimentos	24496200	Fornecimento de reagentes para determinação de AG eritrocitário por técnica em microplaca.	
20-Ago	Saúde	Fornecimentos	24496200	Fornecimento de reagentes para diagnóstico molecular de hepatites virais-vírus B.	
20-Ago	Saúde	Fornecimentos	24496200	Fornecimento de reagentes para diagnóstico HTLVI/II, sífilis e nat.	
20-Ago	Saúde	Fornecimentos	24496200	Fornecimento de reagentes para diagnóstico molecular de hepatites virais-vírus C.	
20-Ago	Saúde	Fornecimentos	24496200	Fornecimento de reagentes para diagnóstico laboratorial da infecção HIVI/HIVII.	
26-Set	Saúde	Fornecimentos	24496200	Aquisição de reagentes para os Laboratórios de Biologia Molecular dos Centros Regionais de Sangue de Lisboa, Coimbra e Porto, durante o ano de 2008.	
27-Set	Saúde	Fornecimentos	24496200	Aquisição de reagentes — rastreio obrigatório do sangue para os Laboratórios de Doenças Transmissíveis dos Centros Regionais de Sangue de Lisboa, Coimbra e Porto, durante o ano 2008.	
28-Set	Saúde	Fornecimentos	24496200	Aquisição de reagentes para os Laboratórios de Imunologia Leucoplaquetária dos Centros Regionais de Sangue de Lisboa, Coimbra e Porto, durante o ano 2008.	

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)
28-Set	Saúde	Fornecimentos	24496200	Aquisição de reagentes para o Laboratório de Hematologia do Centro Regional de Sangue de Coimbra.	Reagentes e meios de contraste (Cont.)
01-Out	Saúde	Fornecimentos	24496200	Aquisição de reagentes para o Laboratório de Controlo de Qualidade do Centro Regional de Sangue do Porto durante o ano de 2008.	
01-Out	Saúde	Fornecimentos	24496200	Aquisição de reagentes para o Laboratório de Controlo de Qualidade do Centro Regional de Sangue de Coimbra durante o ano de 2008.	
05-Nov	Saúde	Fornecimentos	24496200	Aquisição de reagente necessário à execução de análise para determinação de carga viral de HIV, incluindo o fornecimento de equipamento, assistência técnica e material de consumo específico, durante o ano de 2008.	
15-Nov	Saúde	Fornecimentos	24496200	Aquisição de reagentes para os Laboratórios de Imuno-Hematologia dos Centros Regionais de Sangue de Lisboa, Coimbra e Porto, durante o ano 2008.	
19-Nov	Saúde	Fornecimentos	24496200	Aquisição de reagentes para o Laboratório de Controlo de Qualidade do Centro Regional de Sangue de Lisboa, durante o ano 2008.	
19-Nov	Saúde	Fornecimentos	24496200	Aquisição de reagentes para os Laboratórios de Imuno-Hematologia dos Centros Regionais de Sangue de Lisboa, Coimbra e Porto, durante o ano 2008.	
04-Dez	Saúde	Fornecimentos	24496200	Aquisição de reagentes para os laboratórios de doenças transmissíveis dos Centros Regionais de Sangue de Lisboa, Coimbra e Porto, durante o ano 2008.	
04-Dez	Saúde	Fornecimentos	24496200	Aquisição de reagentes para os laboratórios de doenças transmissíveis dos Centros Regionais de Sangue de Lisboa, Coimbra e Porto, durante o ano 2008.	

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)
09-Ago	Saúde	Fornecimentos	24496400	Fornecimento de reagentes para diagnóstico — cardiologia/pneumologia nuclear.	Reagentes e meios de contraste (Cont.)
10-Ago	Saúde	Fornecimentos	24496400	Fornecimento de reagentes para diagnóstico — produtos tecneciados.	
10-Ago	Saúde	Fornecimentos	24496400	Fornecimento de reagentes para diagnóstico — produtos não tecneciados.	
10-Ago	Saúde	Fornecimentos	24496400	Fornecimento de reagentes para terapêutica.	
02-Jan	Saúde	Fornecimentos	24496500	Reagentes para biologia molecular.	
17-Jan	Saúde	Fornecimentos	24496500	Reagentes para imunologia — imunoserologia hepatites.	
17-Jan	Saúde	Fornecimentos	24496500	Reagentes para imunologia — imunoserologia hepatites.	
05-Fev	Saúde	Fornecimentos	24496500	Reagentes Laboratório de Imuno-Hemoterapia.	
05-Fev	Saúde	Fornecimentos	24496500	Fornecimento de reagentes para Laboratório de Patologia Clínica — Imunologia.	
07-Fev	Saúde	Fornecimentos	24496500	Reagentes para hematologia — citometria de fluxo.	
07-Fev	Saúde	Fornecimentos	24496500	Reagentes para a hematologia — contadores automáticos de células sanguíneas e analisador automático.	
07-Fev	Saúde	Fornecimentos	24496500	Reagentes para hematologia — equipamentos automáticos de coagulação.	
13-Fev	Saúde	Fornecimentos	24496500	Fornecimento de reagentes para o Laboratório de Neuroquímica.	
21-Fev	Saúde	Fornecimentos	24496500	Fornecimento de Reagentes para o Laboratório de Citogenética.	
26-Fev	Saúde	Fornecimentos	24496500	Fornecimento de reagentes tacrolimus.	
18-Abr	Saúde	Fornecimentos	24496500	Aquisição de reagentes necessários à execução de análises de auto imunidade, incluindo o fornecimento de equipamento automático e aberto, assistência técnica, material de consumo específico do Laboratório de Imunologia do Hospital de Curry Cabral, durante o ano 2007.	

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)
19-Abr	Saúde	Fornecimentos	24496500	Reagentes para imuno-hemoterapia-técnicas de aglutinação em gel/coluna II.	Reagentes e meios de contraste (Cont.)
08-Jun	Saúde	Fornecimentos	24496500	Fornecimento de reagentes para química clínica laboratório de bioquímica-rotina com colocação de equipamento.	
08-Jun	Saúde	Fornecimentos	24496500	Fornecimento de reagentes para doseamentos de química clínica para o laboratório de urgência com colocação de equipamento.	
08-Jun	Saúde	Fornecimentos	24496500	Fornecimento de reagentes para identificação e testes de sensibilidade aos antibióticos por método automático com colocação de equipamento.	
08-Jun	Saúde	Fornecimentos	24496500	Fornecimento de frascos com caldo para hemocultura para sistema automático com colocação de equipamento.	
14-Jun	Saúde	Fornecimentos	24496500	Reagentes para microbiologia.	
13-Ago	Saúde	Fornecimentos	24496500	Fornecimento de reagentes para citometria.	
13-Ago	Saúde	Fornecimentos	24496500	Fornecimento de reagentes para coagulação.	
14-Ago	Saúde	Fornecimentos	24496500	Fornecimento de reagentes para imunidade celular.	
14-Ago	Saúde	Fornecimentos	24496500	Fornecimento de reagentes para bioquímica.	
14-Ago	Saúde	Fornecimentos	24496500	Fornecimento de reagentes para biologia molecular.	
14-Set	Saúde	Fornecimentos	24496500	Reagentes para hematologia — coagulação.	
18-Set	Saúde	Fornecimentos	24496500	Reagentes para hematologia — contadores.	
19-Set	Saúde	Fornecimentos	24496500	Reagentes para hematologia-citometria de fluxo.	
19-Set	Saúde	Fornecimentos	24496500	Reagentes para bioquímica.	
19-Out	Saúde	Fornecimentos	24496500	Fornecimento de reagentes para doseamento de autoanticorpos por técnica imunoenzimática com colocação de equipamento.	
19-Out	Saúde	Fornecimentos	24496500	Reagentes para hematologia (com cedência de equipamento).	

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
23-Out	Saúde	Fornecimentos	24496500	Fornecimento de reagentes para o doseamento de hormonas e marcadores tumorais por técnica de quimioluminiscência com colocação de equipamento.	Reagentes e meios de contraste (Cont.)	
24-Out	Saúde	Fornecimentos	24496500	Hormona e marcadores tumorais (com cedência de equipamento).		
24-Out	Saúde	Fornecimentos	24496500	Material para ortopedia e osteossíntese (com ced. equip.).		
24-Out	Saúde	Fornecimentos	24496500	Reagentes para bioquímica (com cedência de equipamento).		
31-Out	Saúde	Fornecimentos	24496500	Fornecimento de reagentes para o Laboratório de Neuroquímica.		
07-Nov	Saúde	Fornecimentos	24496500	Reagentes para doenças transmissíveis.		
08-Nov	Saúde	Fornecimentos	24496500	Fornecimento de reagentes para o Serviço de Anatomia Patológica.		
09-Nov	Saúde	Fornecimentos	24496500	Aquisição de reagentes necessários à execução de análises na área de bioquímica (rotina + urgência), incluindo o fornecimento de equipamento, consumíveis e suporte informático ao Serviço de Patologia Clínica, durante o ano de 2008.		
22-Nov	Saúde	Fornecimentos	24496500	Reagentes para imuno-hematologia técnicas de aglutinação em gel/coluna.		
23-Nov	Saúde	Fornecimentos	24496500	Reagentes para biologia molecular.		
21-Mar	Saúde	Fornecimentos	24496800	Fornecimento de meios de contraste radiológico.		
21-Sep	Saúde	Fornecimentos	24496800	Contrastes de radiologia.		
07-Fev	Saúde	Fornecimentos	24498000	Material de consumo clínico — material destinado à colheita, preparação e administração de sangue para o ano de 2007.		
					Total	72
19-Fev	Saúde	Fornecimentos	24498000	Processo n.º 96/2007 — material de consumo clínico — próteses para membro superior e inferior para o ano de 2007.	Produtos para fins clínicos	

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
20-Fev	Saúde	Fornecimentos	24498000	material de consumo clínico — auxiliares de marcha e ortóteses diversas para a medicina física e reabilitação para o ano de 2007.	Produtos para fins clínicos (Cont.)	
26-Fev	Saúde	Fornecimentos	24498000	Material de consumo clínico — Próteses ortopédicas para o ano 2007.		
28-Fev	Saúde	Fornecimentos	24498000	Material consumo clínico — Diverso material de osteossíntese para o ano 2007.		
					Total	4
13-Set	Saúde	Fornecimentos	25221000	Fornecimento de sacos de polietileno.	Sacos e sacas de polietileno	
09-Abr	Saúde	Fornecimentos	25221210	Aquisição de sistemas de colheita e processamento automático de sangue total.		
09-Abr	Saúde	Fornecimentos	25221210	Aquisição de sacos quádruplos c/ filtro RC TOP&BOTTOM para o CRS Coimbra, durante o ano de 2007.		
20-Fev	Saúde	Fornecimentos	25222100	Sacos de plástico para o lixo e abraçadeiras para o ano 2007.		
					Total	4
05-Mar	Saúde	Fornecimentos	25311000	Películas radiográficas para laser a seco com colocação de equipamento de revelação.	Películas radiográficas	
					Total	1
20-Dez	Saúde	Fornecimentos	30192700	Aquisição de material de escritório para as instituições e serviços do Ministério da Saúde.	Material de escritório	
					Total	1
04-Out	Saúde	Fornecimentos	30233231	Renting de serviços de impressão, equipamento e serviços complementares.	Unidades de memória, de entrada ou de saída	
					Total	1

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
17-Abr	Saúde	Fornecimentos	30244200	Aquisição de reagentes necessários à execução de análises por citometreia de fluxo, incluindo o fornecimento de equipamento automático, assistência técnica, material de consumo específico do Laboratório de Imunologia, durante o ano 2007.	Software de gestão	
Total						1
02-Jan	Saúde	Fornecimentos	30257000	Fornecimento e montagem de equipamentos de bloco operatório — unidade de anestesia, sistema elev. ventilador de anestesia, pendente de cirurgia e anestesia.	Sistema de arquivo e de imageologia	
08-Jan	Saúde	Fornecimentos	30257000	Fornecimento e montagem de mobiliário hospitalar.		
Total						2
07-Nov	Saúde	Fornecimentos	30259100	Sistema automatizado de estão/armazenamento e dispensa de medicamentos em serviços sem dose unitária e Sistema semiautomático para armazenamento e preparação automatizado com software de unidose, baseada em armários rotativos — farmácia hospitalar.	Sistemas informáticos diversos	
Total						1
29-Ago	Saúde	Fornecimentos	31621100	Sistema de protecção contra rapto e fuga de crianças e idosos.	Equipamento de controlo, segurança ou sinalização para vias-férreas	
Total						1
12-Fev	Saúde	Serviços	33111000	Fornecimento de um sistema de arquivo e comunicação de imagem (PACS) e um equipamento de digitalização indirecta para radiologia.	Aparelhos para radiologia	
12-Fev	Saúde	Fornecimentos	33111100	Fornecimento e montagem de três equipamentos de radiologia.		

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
18-Jan	Saúde	Fornecimentos	33111710	Material para neuroangiografia.	Aparelhos para radiologia (Cont.)	
08-Out	Saúde	Fornecimentos	33111710	Fornecimento de conjuntos de roupa disposable para cardiologia.		
08-Out	Saúde	Fornecimentos	33111721	Fornecimento de equipamento de retinografia/angiografia digital.		
					Total	5
05-Jan	Saúde	Fornecimentos	33112000	Aquisição de um ecógrafo de gama alta.	Equipamento de imagiologia por ecos, ultra-sons e doppler	
28-Jun	Saúde	Fornecimentos	33112000	Ecógrafo de alta resolução.		
					Total	2
15-Out	Saúde	Fornecimentos	33115000	Fornecimento de equipamento de OCT/ Tomografia de Coerência Óptica.	Aparelhos para tomografia	
					Total	1
19-Jan	Saúde	Fornecimentos	33122000	Sistema digital de angiografia e sistema para análise do segmento anterior.	Oftalmologia	
11-Jun	Saúde	Fornecimentos	33122000	Material para vitrectomia.		
					Total	2
15-Nov	Saúde	Fornecimentos	33124100	Equipamento para otoemissões acústicas e potenciais evocados auditivos.	Aparelhos e material para diagnóstico e radiodiagnóstico	
23-Fev	Saúde	Fornecimentos	33124130	Material de cateterismo de diagnóstico.		
					Total	2
21-Jun	Saúde	Fornecimentos	33141000	O objecto do contrato consiste no fornecimento dos seguintes bens: 2000 packs para cirurgia da catarata.	Material médico não químico descartável e produtos hematológicos	
18-Dez	Saúde	Fornecimentos	33141000	Material irrecuperável para bloco operatório.		
26-Out	Saúde	Fornecimentos	33141121	Aquisição de artigos cirúrgicos para Bloco Operatório e vários serviços do Centro Hospitalar das Caldas da Rainha para o ano de 2008.		

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
18-Dez	Saúde	Fornecimentos	33141121	Material de sutura.	Material médico não químico descartável e produtos hematológicos (Cont.)	
17-Jan	Saúde	Fornecimentos	33141125	Fornecimento de máquinas de sutura automática.		
29-Jan	Saúde	Fornecimentos	33141125	A instauração de um Sistema de Aquisição Dinâmico (SAD).		
19-Out	Saúde	Fornecimentos	33141125	Produtos de sutura.		
21-Nov	Saúde	Fornecimentos	33141128	Fornecimento de fios de sutura.		
23-Fev	Saúde	Fornecimentos	33141200	Material de cateterismo de intervenção.		
05-Mar	Saúde	Fornecimentos	33141210	Balões de dilatação e de extracção.		
04-Out	Saúde	Fornecimentos	33141620	Fornecimento de dispositivo de encerramento e punção da artéria femoral.		
					Total	11
09-Nov	Saúde	Fornecimentos	33157400	Fornecimento de máscaras de filtração.	Aparelhos para assistência respiratória e oxigenoterapia	
					Total	1
17-Abr	Saúde	Fornecimentos	33162100	Aspirador ultrassónico para bloco operatório.	Aparelhos e instrumentos para blocos operatórios	
31-Mai	Saúde	Fornecimentos	33162100	Estações de trabalho, seringas eléctricas perfusoras, bombas perfusoras digitais e interfaces para transferência de informação, para a Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente.		
					Total	2
05-Mar	Saúde	Fornecimentos	33169000	Material para videocirurgia.	Material cirúrgico	
16-Mai	Saúde	Fornecimentos	33169000	Agulhas Veress, trocarts cirúrgicos, kits galactografia; eléctrodos histeroscópicos; dispositivos TVT, tesouras de ultra cision; tesouras rotativas, sacos para recolha de órgãos.		

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
15-Out	Saúde	Fornecimentos	33169100	Fornecimento de laser Flare Meter.	Material cirúrgico (Cont.)	
Total						3
14-Jun	Saúde	Fornecimentos	33181520	Fornecimento de consumíveis para máquinas de hemodiálise.	Material de assistência à função renal	
08-Nov	Saúde	Fornecimentos	33181520	Fornecimento de consumíveis para máquinas de hemodiálise.		
Total						2
02-Nov	Saúde	Fornecimentos	33182210	Fornecimento de sistemas pacemaker definitivos.	Material de assistência à função cardíaca	
27-Nov	Saúde	Fornecimentos	33182220	Válvulas mecânicas Bileaflet; monodisco; biológicas e anéis mitrais.		
24-Out	Saúde	Fornecimentos	33182240	Pacemakers e eléctrodos para cardiologia.		
Total						3
30-Out	Saúde	Fornecimentos	33183100	15 cavilhas umerais; 20 cavilhas femorais; 20 cavilhas tibiais; 10 cavilhas femorais distais (para fracturas supra e intercondilíneas); 80 cavilhas femorais proximais; 10 cavilhas femorais elásticas (para encavilhamentos em crianças); 2 cavilhas para artrodéses da tibiotársica; 1 cavilhas para artrodéses do joelho.	Material de assistência ortopédica	
09-Nov	Saúde	Fornecimentos	33183100	Fornecimento de próteses para cirurgia correctiva da coluna.		
12-Nov	Saúde	Fornecimentos	33183110	Fornecimento de próteses para cirurgia degenerativa da coluna.		
03-Jan	Saúde	Fornecimentos	33183200	Fornecimento de próteses totais da anca, próteses totais do joelho, próteses totais da anca/substituição parcial, próteses totais da anca/revisão e próteses totais do joelho, para ortopedia.		
11-Jan	Saúde	Fornecimentos	33183200	Próteses ortopédicas.		
23-Fev	Saúde	Fornecimentos	33183200	Próteses totais cimentadas do joelho.		
11-Jun	Saúde	Fornecimentos	33183200	Próteses totais da anca cimentadas.		
26-Jul	Saúde	Fornecimentos	33183200	Prótese total do joelho de revisão de deslizamento.		

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
23-Out	Saúde	Fornecimentos	33183200	Próteses ortopédicas do joelho.	Material de assistência ortopédica (Cont.)	
23-Out	Saúde	Fornecimentos	33183200	Próteses ortopédicas da anca.		
24-Out	Saúde	Fornecimentos	33183200	Próteses de Thompson totais da anca e do joelho (com ced. equip.).		
25-Out	Saúde	Fornecimentos	33183200	Fornecimento de próteses ortopédicas.		
29-Out	Saúde	Fornecimentos	33183200	Fornecimento de próteses da anca primárias, de revisão e sistemas complementares.		
31-Out	Saúde	Fornecimentos	33183200	Fornecimento de próteses do joelho.		
16-Nov	Saúde	Fornecimentos	33183200	Fornecimento de próteses totais da anca, próteses totais do joelho, próteses totais da anca/substituição parcial, próteses totais da anca/revisão e próteses totais do joelho, para ortopedia.		
17-Mai	Saúde	Fornecimentos	33183300	Sistema fixação da coluna degenerativa dorso lombar (fixação posterior).		
					Total	16
18-Dez	Saúde	Fornecimentos	33184000	Próteses anca e joelho.	Próteses	
31-Out	Saúde	Fornecimentos	33184100	Fornecimento de dispositivos gástricos.		
03-Out	Saúde	Fornecimentos	33184200	Fornecimento de próteses endovasculares com imunossupressor ao Hospital Curry Cabral, durante o ano de 2008.		
11-Abr	Saúde	Fornecimentos	33184300	Próteses endovasculares.		
11-Abr	Saúde	Fornecimentos	33184300	Válvulas mecânicas biológicas e anéis.		
11-Jun	Saúde	Fornecimentos	33184400	Próteses mamárias internas e expansores.		
11-Out	Saúde	Fornecimentos	33184500	Endopróteses vasculares (stents) para UHCl.		
					Total	7
11-Abr	Saúde	Fornecimentos	33186100	Membranas oxigenadoras pediátricas, adulto e reservatórios de cardiotoria.	Unidade de circulação extracorporal	

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
27-Nov	Saúde	Fornecimentos	33186100	Oxigenadores de membranas adulto e pediátricos.	Unidade de circulação extracorporeal (Cont.)	
Total						2
24-Out	Saúde	Fornecimentos	33191110	Fornecimento e instalação de dois sistemas completos de esterilização horizontal para apoio aos laboratórios PIII nas novas instalações do Centro de Estudos de Vectores e Doenças Infecciosas (CEVDI) em Águas de Moura.	Aparelhos para esterilização, desinfecção e higiene	
Total						1
05-Jul	Saúde	Fornecimentos	33192130	Camas eléctricas para a Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente.	Mobiliário para fins médicos	
Total						1
06-Mar	Saúde	Fornecimentos	33194220	Material para colheita e administração de sangue.	Material para transfusão e perfusão	
Total						1
14-Mai	Saúde	Fornecimentos	33253310	Fornecimento e instalação de um sistema de espectrometria de massa, tipo quádruplo com fonte indutiva de plasma (ICP-MS-Quádrupolo) para materiais de referência em análise multielementar de géneros alimentícios.	Aparelhos de detecção e análise	
29-Out	Saúde	Fornecimentos	33253456	Reagentes para Laboratório de Química Clínica com colocação de equipamentos analíticos acopláveis e alíquotador pré-analítico.		
Total						2
24-Set	Saúde	Fornecimentos	33261000	Microscópio cirúrgico.	Microscópios	
15-Out	Saúde	Fornecimentos	33261000	Fornecimento de equipamento de microscópio cirúrgico.		
Total						2

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
18-Jan	Saúde	Fornecimentos	33413111	Lentes intra-oculares.	Lentes	
11-Jun	Saúde	Fornecimentos	33413111	Lentes intra-oculares moldáveis.		
20-Nov	Saúde	Fornecimentos	33413111	Fornecimento de lentes intra-oculares.		
					Total	3
14-Nov	Saúde	Fornecimentos	36123000	Aquisição de mobiliário laboratorial, na modalidade de fornecimento e instalação, para as instalações laboratoriais e serviços técnicos de apoio do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.).	Mobiliário de laboratório	
					Total	1
07-Ago	Saúde	Fornecimentos	36133112	Equipamento básico — mobiliário hospitalar — colchões.	Mobiliário para quartos de dormir, salas de jantar e salas de estar	
					Total	1
12-Nov	Saúde	Obras	45212000	Obra de substituição da cobertura do pavilhão 18 — Hospital de Sobral Cid.	Obras de construção de edifícios relacionados com recreio, desporto, cultura, alojamento e restauração	
					Total	1

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
19-Jan	Saúde	Obras	45214600	No caderno de encargos.	Construção de edifícios destinados à educação ou à investigação	
					Total	1
10-Abr	Saúde	Obras	45215100	Construção civil, instalações especiais, equipamento geral e fixo.	Obras de construção de edifícios relacionados com serviços de saúde ou sociais, crematórios e instalações sanitárias públicas	
19-Abr	Saúde	Obras	45215100	Remodelação e ampliação do Centro de Saúde de Vila Flor.		
02-Mai	Saúde	Obras	45215100	Execução de obras de remodelação e beneficiação de trabalhos de construção civil, de águas, esgotos, de instalação eléctrica e mecânicas.		
18-Mai	Saúde	Obras	45215100	Construção civil, instalações eléctricas e mecânicas, redes de águas e esgotos, de incêndios e gases medicinais.		
11-Jun	Saúde	Obras	45215100	Melhoria das acessibilidades interiores dos centros de saúde da Administração Regional de Saúde do Alentejo no âmbito das amenidades.		
16-Ago	Saúde	Obras	45215100	Fundações e estruturas, construção civil, instalações eléctricas, instalações mecânicas, redes de águas e esgotos e detecção de incêndios e infra-estruturas de telecomunicações.		

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
28-Ago	Saúde	Obras	45215100	A empreitada visa a adjudicação dos trabalhos de execução da construção da Extensão de Saúde do Carvoeiro, os quais incluem estruturas de betão armado, construção civil (alvenarias, rebocos, revestimentos, impermeabilizações e isolamentos, cobertura, cantarias, carpintarias, caixilharias, serralharias, pinturas), instalações e equipamentos de águas e esgotos (redes de distribuição de água fria, quente, sistema solar, incêndio e drenagem de esgotos), instalações e equipamentos eléctricos, telecomunicações e intrusão, segurança contra riscos de incêndio, instalações e equipamentos de climatização.	Obras de construção de edifícios relacionados com serviços de saúde ou sociais, crematórios e instalações sanitárias públicas (Cont.)	
08-Out	Saúde	Obras	45215100	Construção da Extensão de Saúde de Aborim, Barcelos.		
28-Dez	Saúde	Obras	45215100	Extensão de Saúde da Quinta do Conde/Centro de Saúde de Sesimbra — construção do novo edifício.		
					Total	9
18-Set	Saúde	Obras	45223100	Execução e montagem de uma estrutura metálica — SAD do Hospital Distrital, conforme consta no ponto 2 das condições técnicas do caderno de encargos e planta de implantação — lev. Topográfico.	Estruturas	
					Total	1
19-Jun	Saúde	Obras	45262800	Obras para a cirurgia do ambulatório.	Construções especializadas excepto obras de cobertura	
					Total	1

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
20-Fev	Saúde	Obras	45315500	Aumento da potência eléctrica, remodelação do PT e do QGBT.	Instalação de equipamento para aquecimento e de outro equipamento eléctrico em edifícios	
					Total	1
06-Jun	Saúde	Obras	45331000	Climatização dos serviços de internamento do Hospital Distrital de Faro.	Instalação de aquecimento, ventilação e ar condicionado	
24-Out	Saúde	Serviços	45310000-3, 45331000-6, 45430000-0, 45440000-3 e 45450000-6.	Aquisição de serviços para remodelação da sala Garcia de Orta e da sala de reuniões do conselho directivo do INFARMED, I. P.		
					Total	2
19-Jul	Saúde	Serviços	50111000	Prestação de serviço de assistência e manutenção da frota de viaturas do INEM.	Serviços de gestão, reparação e manutenção de frota de veículos	
					Total	1
22-Jun	Saúde	Fornecimentos	55322000	Fornecimento de alimentação.	Serviços de confecção de refeições	
20-Nov	Saúde	Serviços	55322000	Fornecimento de serviços de alimentação.		
					Total	2

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
29-Nov	Saúde	Fornecimentos	55523000	Fornecimento de refeições.	Serviços de fornecimento de refeições (catering) a outras empresas e instituições	
					Total	1
30-Jul	Saúde	Serviços	64214000	Adjudicação da prestação de serviços de comunicações de interligação entre os 18 postos da PSP (sitios nas capitais de distrito) ao Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) de Lisboa, bem como a interligação dos restantes CODU's do Porto, Coimbra e Faro, através da mesma VPN IP, também ao CODU de Lisboa.	Serviços de rede telefónica comercial de circuitos alugados	
09-Out	Saúde	Serviços	64214000	Adjudicação da prestação de serviços de fornecimento de comunicações de interligação entre os 18 postos da PSP (Polícia de Segurança Pública), sitios nas capitais de distrito, ao Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) de Lisboa, bem como a interligação dos restantes CODU's do Porto, Coimbra e Faro através da mesma VPN IP, também ao CODU de Lisboa.		
10-Out	Saúde	Serviços	64214000	Aquisição de serviços para comunicação de voz e de circuitos de sistemas de comunicações rádio.		
11-Out	Saúde	Serviços	64214000	Aquisição de serviços de comunicações móveis.		
					Total	4
13-Mar	Saúde	Serviços	72521100	Contrato de assistência técnica aos cluster dos Centros Regionais de Sangue de Lisboa, Porto e Coimbra.	Serviços de assistência informática	
					Total	1

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
10-Dez	Saúde	Serviços	74141200	Prestação de serviços de consultoria na vertente económico-financeira à Estrutura de Missão Parcerias. Saúde para apoio ao programa de parcerias público-privadas.	Serviços de consultoria em matéria comercial e de gestão	
Total						1
10-Jan	Saúde	Serviços	74614000	Aquisição de serviços de vigilância e segurança durante o ano 2007.	Serviços de vigilância	
03-Out	Saúde	Serviços	74614000	Prestação de serviço de vigilância e segurança das instalações do INEM, I. P., em Lisboa.		
04-Out	Saúde	Serviços	74614000	Prestação de serviço de vigilância e segurança das instalações do INEM, I. P., no Porto.		
04-Out	Saúde	Serviços	74614000	Prestação de serviço de vigilância e segurança das instalações do INEM, I. P., em Coimbra.		
19-Nov	Saúde	Serviços	74614000	Aquisição de serviços de segurança e vigilância às instalações do INFARMED, I. P.		
21-Dez	Saúde	Serviços	74614000	Contratação de prestação de serviços de protecção e vigilância física e estática.	Total	6
29-Ago	Saúde	Serviços	74811333	Aquisição de serviços de microfilmagem de fichas de ocorrência do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental e do Arquivo Clínico do Hospital de Faro e do Ex-Sanatório de São Brás de Alportel.	Serviços de fotografia	
Total						1
30-Out	Saúde	Serviços	75241000	Fornecimento de serviços de segurança e vigilância ao Hospital Distrital de Pombal durante o ano 2008.	Serviços de segurança pública	
20-Nov	Saúde	Serviços	75241000	Fornecimento de serviços de segurança.		
Total						2

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
16-Nov	Saúde	Serviços	77311000	Aquisição de serviços de manutenção e conservação das zonas verdes do Parque D. Carlos I, deste Centro Hospitalar das Caldas da Rainha.	Serviços de manutenção de jardins ornamentais e recreativos	
Total						1
21-Nov	Saúde	Fornecimentos	80427000	Aquisição de serviços de formação para intervenção sobre o atendimento público.	Serviços de formação para aperfeiçoamento pessoal	
Total						1
04-Abr	Saúde	Serviços	85111000	A contratação tem por objecto principal a realização de prestações de saúde promotoras, preventivas ou terapêuticas no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, através do estabelecimento hospitalar designado por «Hospital de Loures », integrado na rede nacional de prestação de cuidados de saúde, bem como a gestão do Edifício Hospitalar, compreendendo esta as actividades de concepção, projecto, construção, financiamento, conservação e manutenção do Edifício Hospitalar.	Serviços hospitalares	
08-Jun	Saúde	Serviços	85121000	Aquisição de serviços médicos para Serviços de Urgência Hospitalar e Básica para os Serviços de Urgência Geral e Pediátrica do Hospital Distrital de Faro, Serviços de Urgência Básica dos Centros de Saúde de Albufeira, Loulé e Vila Real de Santo António e Serviços de Ambulatório dos Centros de Saúde de Lagos, Vila Real de Santo António e Extensão de Saúde de Quarteira.		
16-Fev	Saúde	Serviços	85121100	Prestação de serviços médicos da especialidade de clínica geral ao Hospital Distrital de Chaves.		

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
31-Mai	Saúde	Serviços	85121100	Prestação de serviços médicos por contrato de tarefa para a urgência geral.	Serviços hospitalares (Cont.)	
23-Nov	Saúde	Serviços	85121100	Prestação de serviços médicos, por contrato de tarefa, para a triagem da urgência.		
22-Mai	Saúde	Serviços	85121200	Prestação de serviços por médicos especialistas em ginecologia/obstetrícia para a urgência de ginecologia/obstetrícia.		
02-Jul	Saúde	Serviços	85121200	Aquisição de serviços médicos especializados de ortopedia.		
14-Nov	Saúde	Serviços	85121200	Prestação de serviços por médicos especialistas em obstetrícia/ginecologia para a urgência de obstetrícia/ginecologia do Centro Hospitalar de Torres Vedras.		
11-Dez	Saúde	Serviços	85121200	Prestação de serviços por médicos especialistas em anestesiologia para a urgência.		
12-Dez	Saúde	Serviços	85121200	Prestação de serviços por médicos especialistas em anestesiologia para a anestesia programada.		
13-Dez	Saúde	Serviços	85121200	Prestação de serviços por médicos especialistas em medicina interna para a urgência.		
13-Dez	Saúde	Serviços	85121200	Prestação de serviços por médicos especialistas em pediatria para a urgência de pediatria.		
					Total	12
26-Jan	Saúde	Serviços	85141000	Prestação de serviços médicos no âmbito do Serviço de Urgência Pediátrica do Hospital de São Marcos de Braga.	Serviços prestados pelo pessoal médico	
18-Out	Saúde	Serviços	85141000	Prestação de serviços contrato utilização trabalho temporário para sete médicos de clínica geral — serviços de urgência.		
21-Dez	Saúde	Fornecimentos	85141000	Fornecimento de serviços médicos para os serviços de urgência.		
					Total	3

Data (Cont.)	Ministério (Cont.)	Tipo de Contrato (Cont.)	Classificação CPV (Cont.)	Descrição/Objecto do Concurso (Cont.)	Categoria de produtos (Cont.)	
06-Fev	Saúde	Serviços	90122240	Recolha, transporte e eliminação dos resíduos hospitalares líquidos e sólidos do grupo III e IV.	Serviços relacionados com resíduos especiais	
15-Fev	Saúde	Serviços	90122240	Prestação de serviços de recolha, armazenamento, transporte, tratamento, valorização e eliminação dos diversos tipos de resíduos do Agrupamento de Entidades Adjudicantes para o ano 2007.		
					Total	2
18-Dez	Saúde	Serviços	93411400	Prestação de serviços de segurança e vigilância.	Serviços de gestão de alojamentos	
					Total	1